



ÍNDICE

RESULTADOS CONSOLIDADOS 9 MESES DE 2022.....	3
1. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO.....	4
2. OUTROS DESTAQUES	13
3. EVENTOS SUBSEQUENTES	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	20

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

RESULTADOS CONSOLIDADOS 9 MESES DE 2022

- **Rendimentos operacionais**¹ nos 9M22 cresceram 8,1%, atingindo 662,8 M€, mais 49,9 M€ do que nos 9M21, refletindo o crescimento de todas as áreas de negócio: Correio e Outros (+26,6 M€; +8,3%), Banco CTT (+17,9 M€; +24,9%), Serviços Financeiros e Retalho (+4,0 M€; +11,2%) e Expresso e Encomendas (+1,4 M€; +0,8%).
- O **Correio e Outros** foi positivamente influenciado nos 9M22 pelo crescimento do negócio base de soluções empresariais (+38,9 M€), pela consolidação da NewSpring Services (+14,6 M€), e penalizado pelo decréscimo acentuado dos rendimentos do correio internacional de entrada (-12,6 M€), impactado pelo fim da isenção de IVA que ocorreu a partir de 1 de julho de 2021 em produtos extracomunitários de menor valor (*de minimis*).
- O **Expresso e Encomendas** tem vindo a registar uma recuperação num contexto económico desafiador. Portugal registou no 3T22 um crescimento de 4,0% face ao 3T21 (nos 9M22 os rendimentos alcançaram 94,3 M€ (-4,8 M€; -4,8% face aos 9M21). O desempenho do CEP em Portugal no 3T22 confirma a recuperação ocorrida desde o 2T22. Em Espanha os rendimentos cresceram nos 9M22 para 90,7 M€, mais 5,8 M€ (+6,8%) do que nos 9M21, tendo-se também registado uma tendência favorável dos rendimentos no 3T22.
- O **Banco CTT** continuou a crescer, com o EBIT recorrente a aumentar para 9,6 M€ nos 9M22 (+66,5% face aos 9M21). Este caminho de crescimento esteve ancorado no crescimento da carteira de crédito auto, sendo de realçar que a produção atingiu no 3T22 um novo máximo (67,4 M€) totalizando 192,9 M€ nos 9M22 (+28,0% face aos 9M21), bem como no crescimento da carteira de crédito ao consumo.
- **Os Serviços Financeiros e Retalho**, que cresceram 11,2% nos 9M22 para 39,5 M€ (+29,1% no 3T22 para 15,3 M€), beneficiaram, em especial no 3T22, do aumento em 40,5% das subscrições dos títulos da dívida pública, fundamentalmente certificados de aforro pelo facto da sua atratividade ter vindo a aumentar desde o início do ano fruto de uma nova conjuntura de taxas de juro que posiciona melhor a dívida pública enquanto alternativa de investimento.
- O **EBIT recorrente** situou-se em 38,8 M€ nos 9M22, tendo alcançado 20,1 M€ no 3T22 (12,0 M€ no 2T22 e 6,7 M€ no 1T22), verificando-se assim uma melhoria de tendência ao longo de 2022.
- **Cash flow operacional** situou-se em 59,0 M€ nos 9M22, mais 7,6 M€ (+14,9%) face aos 9M21.
- **Resultado líquido**⁴ de 28,3 M€, mais 2,0 M€ (+7,6%) do que nos 9M21.

Resultados consolidados

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
Rendimentos operacionais ¹	612,9	662,8	49,9	8,1%	200,1	216,4	16,3	8,1%
Correio e Outros	318,9	345,5	26,6	8,3%	101,3	103,9	2,6	2,5%
Expresso e Encomendas	186,3	187,8	1,4	0,8%	60,5	65,1	4,6	7,6%
Banco CTT	72,1	90,0	17,9	24,9%	26,4	32,1	5,7	21,5%
Serviços Financeiros e Retalho	35,6	39,5	4,0	11,2%	11,9	15,3	3,5	29,1%
Gastos operacionais (EBITDA) ²	530,0	576,0	46,0	8,7%	174,5	180,0	5,5	3,1%
EBITDA ³	82,9	86,8	3,9	4,7%	25,6	36,4	10,8	42,1%
Depreciações e amortizações	43,2	48,1	4,9	11,2%	14,6	16,3	1,7	11,4%
EBIT recorrente	39,7	38,8	-0,9	-2,4%	11,0	20,1	9,1	82,7%
Itens específicos	-5,8	-4,3	1,5	26,3%	-3,5	-2,2	1,3	36,8%
EBIT	45,5	43,0	-2,5	-5,4%	14,5	22,3	7,8	54,1%
Resultados Financeiros (+/-)	-8,1	-7,1	0,9	11,6%	-2,7	-2,5	0,2	8,7%
Imposto sobre rendimento	11,0	7,6	-3,4	-30,7%	2,6	6,1	3,5	135,9%
Interesses não controlados	0,1	-0,0	-0,2	-118,6%	0,1	-0,0	-0,1	-164,2%
Resultado líquido do período ⁴	26,3	28,3	2,0	7,6%	9,1	13,8	4,6	50,8%

¹ Excluindo itens específicos.

² Em 2021 os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

³ Excluindo depreciações e amortizações e itens específicos.

⁴ Atribuível a detentores de capital.

1. Desempenho Operacional e Financeiro

Rendimentos operacionais consolidados

Os **rendimentos operacionais dos CTT** nos 9M22 crescem 8,1%, atingindo 662,8 M€, mais 49,9 M€ do que nos 9M21, refletindo o crescimento de todas as áreas de negócio: Correio e Outros (+26,6 M€; +8,3%), Banco CTT (+17,9 M€; +24,9%), Serviços Financeiros e Retalho (+4,0 M€; +11,2%) e Expresso e Encomendas (+1,4 M€; +0,8%).

Correio

Os **rendimentos operacionais de Correio e Outros** atingiram 345,5 M€ nos 9M22, o que representou um crescimento de 26,6 M€ (+8,3%) em relação aos 9M21.

O crescimento desta área de negócio foi impulsionado pelo segmento de **soluções empresariais** (+38,9 M€) refletindo a integração da empresa NewSpring Services na oferta dos CTT em setembro de 2021 (+14,6 M€) e o crescimento de 24,3 M€ do negócio base de soluções empresariais, em grande medida devido a uma receita relacionada com um projeto de venda de computadores iniciado no último trimestre de 2021 (+21,5 M€).

Os **rendimentos dos serviços de correio** atingiram 290,6 M€ nos 9M22, o que representou um decréscimo de 13,4 M€ (-4,4%) em relação aos 9M21, penalizados sobretudo pela redução acentuada dos rendimentos do **correio internacional de entrada** (-12,6 M€; -48,4%).

Destaque para o crescimento da receita do **correio registado** (+3,8 M€; +4,2%), do **correio azul** (+0,2 M€; +3,2%) e do **correio internacional de saída** (+2,8 M€; +9,6%) que, sem o valor da receita adicional verificada no mês de fevereiro devido à repetição das eleições legislativas no círculo da Europa, teria um ligeiro decréscimo de 0,7 M€ (-2,5%).

As restantes linhas de negócio apresentaram decréscimos nos rendimentos: **correio normal** (-4,0 M€; -3,7%), **correio verde** (-1,4 M€; -18,4%), **correio editorial** (-0,5 M€; -5,0%), **correio publicitário** (-0,4 M€; -3,0%), **encomendas** (-0,4 M€; -7,1%) e **filatelia** (-0,7 M€; -17,7%). Os **outros produtos e serviços de correio** observaram uma estabilização (+0,02 M€; +0,7%).

As **soluções empresariais** registaram rendimentos de 51,7 M€ (+38,9 M€), fruto da consolidação da NewSpring Services (+14,6 M€) e da receita relacionada com o projeto de venda de computadores (+21,5 M€). Excluindo estes efeitos, a receita cresceu 26,3% face aos 9M21 em resultado da manutenção da aposta na diversificação da oferta e fortalecimento das competências já existentes.

De destacar no âmbito das soluções empresariais: (1) o crescimento do negócio de **gestão documental**, com a angariação de novos clientes, e de novos municípios para a solução de gestão de contraordenações; (2) a colocação em produção da nova plataforma de correio híbrido **e-Carta**, que permite às pequenas e médias empresas digitalizarem os seus processos de envio de correio, e (3) a apresentação de uma oferta de **cibersegurança** abrangente e simplificada, direcionada para pequenas e médias empresas para melhorarem a sua resiliência cibernética.

A variação média de preços do Serviço Universal⁵ nos 9M22 foi de +5,53% face aos 9M21.

Tráfego de correio

Nos 9M22, o **tráfego endereçado** teve um decréscimo de 3,9% face aos 9M21.

⁵ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do Serviço Universal, excluindo o correio internacional de chegada.

Tráfego de correio

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
Transacional	313,5	298,9	-14,5	-4,6%	97,5	92,3	-5,2	-5,3%
Publicitário	26,9	28,2	1,3	5,0%	7,8	8,7	0,9	11,2%
Editorial	21,4	20,4	-1,0	-4,8%	6,7	6,5	-0,2	-2,5%
Total endereçado	361,7	347,5	-14,2	-3,9%	111,9	107,5	-4,5	-4,0%
Publicitário não endereçado	333,1	315,0	-18,2	-5,5%	111,0	106,8	-4,2	-3,8%

Milhões de objetos

O tráfego do **correio transacional** apresentou uma queda de 4,6% face aos 9M21, devido fundamentalmente às reduções verificadas no **correio normal** (-4,0%) e no **correio internacional de entrada** (-32,2%).

De realçar que, desde o segundo semestre de 2021, manteve-se a tendência de queda do tráfego do **correio internacional de entrada** pelo facto de, a 1 de julho de 2021, ter entrado em vigor a abolição da isenção de IVA nos envios postais com valor inferior a 22 Euros (“*de minimis*”) levando à necessidade de desalfandegamento de todos os objetos de origem extracomunitária, o que se traduziu num aumento dos tempos de trânsito em alfândega.

Em sentido contrário, verificou-se o crescimento do tráfego do **correio registado** (+5,0%) impulsionado pela dinâmica dos clientes contratuais em particular do setor do Estado e dos Serviços, e do **correio azul** (+5,0%) face aos 9M21.

Nos 9M22 o tráfego do correio **publicitário endereçado** registou um crescimento de 5,0% face aos 9M21. O **correio publicitário não endereçado** registou um decréscimo de 5,5%.

Deu-se continuidade: (i) à solução CTT Ads Criatividade, em parceria com a agência Milford, para o desenvolvimento estratégico e criativo de campanhas de comunicação, e (ii) à campanha “Casos de Sucesso CTT Ads”, com o intuito de dinamizar a oferta de publicidade junto de clientes com negócios *online*, para promover a experimentação das soluções de publicidade.

Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas atingiram 187,8 M€ nos 9M22, +1,4 M€ (+0,8%) do que nos 9M21.

De recordar que o 1T22 foi impactado por um comparável difícil face ao período homólogo. O 1T21 foi marcado pelos efeitos das restrições da pandemia de COVID-19, nomeadamente o segundo confinamento, que impulsionou fortemente o crescimento da atividade de *e-commerce*.

Nos 9M22 os **rendimentos em Portugal** registaram 94,3 M€, -4,8 M€ (-4,8%) do que nos 9M21, e o tráfego totalizou 23,3 milhões de objetos (-2,4%).

A atividade **CEP** teve rendimentos de 84,3 M€ nos 9M22, -2,7% do que nos 9M21. De destacar que no 3T22 os rendimentos cresceram 4,0% face ao 3T21, mantendo a recuperação da trajetória de aumento do tráfego por dia útil (+7,5% face ao 3T21), suportado essencialmente por clientes de atividade de *e-commerce* (B2C), com particular incidência em grandes *marketplaces* globais.

A **logística**, que constitui um pilar do desenvolvimento da estratégia de integração vertical com o CEP, registou rendimentos de 2,5 M€ nos 9M22, +6,9% do que nos 9M21, assente na angariação de novos clientes, que no 1T22 permitiu efetuar a operação logística completa de fornecimento de computadores e periféricos às escolas portuguesas.

Os rendimentos da linha de produto **carga** situaram-se em 3,8 M€ no 9M22, -39,5% face ao 9M21, estando este decréscimo relacionado com a alteração da estratégia operacional, que visou encontrar uma solução para posicionar esta linha de produto em níveis de margem positivos.

A linha de produto **banca** registou rendimentos de 3,2 M€, -6,0% face aos 9M21. Embora continuando sob pressão, num contexto de continuada redução do número de pontos da rede bancária e da frequência de recolha/entrega, é de notar que registou um crescimento de 0,5% no 3T22 face ao 3T21.

Os CTT continuaram a desenvolver a sua estratégia de **Cacifos 24H**, públicos, privados (residenciais e corporativos) e *Click&Collect*. Estes permitem que os clientes possam levantar as suas encomendas com a máxima conveniência, 24 horas por dia em todos os dias da semana. No final de setembro de

2022 eram 390 os Cacifos 24H, localizados em diversos locais do país, nomeadamente em hospitais, plataformas de transporte intermodal, centros comerciais, *campus* universitários, redes de retalho físico, parques de estacionamento, estações de serviço, ou no caso dos cacifos privados, em condomínios privados e em escritórios/zonas empresariais.

No final de 2021 os CTT estabeleceram uma parceria com a YunExpress do Zongteng Group, tendo criado a Open Lockers para gerir e desenvolver o negócio dos Cacifos 24H na Península Ibérica, com o objetivo de instalar uma vasta rede de cacifos em Portugal até ao final de 2022.

Os **rendimentos em Espanha** situaram-se em 90,7 M€ no 9M22, 6,8% acima do 9M21, com um crescimento de 33,8% da margem de contribuição⁶, ancorado num aumento de preço médio superior à evolução dos custos unitários. A implementação de um novo modelo comercial e ampliação da oferta irão permitir a consolidação da trajetória de crescimento até ao final de 2022.

A Empresa prossegue a sua estratégia de se tornar líder no mercado de encomendas expresso ibérico e, durante o 3T22, deu continuidade ao seu investimento em inovação, tecnologia e em novas instalações, para reforçar a rede de encomendas e estar preparada para as próximas campanhas de *Black Friday* e Natal. Foram recentemente inaugurados, os centros operacionais de Logroño, Málaga, Jaén e Alicante, tendo Alicante uma nova automatização que permitirá a rápida classificação das encomendas e servirá como principal nó de passagem de mercadorias entre Espanha e Portugal.

Os **rendimentos em Moçambique** nos 9M22 situaram-se em 2,8 M€, 18,8% acima dos 9M21. O crescimento verificado foi suportado pela parceria com um transitário em África.

Banco CTT

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 90,0 M€ nos 9M22, um aumento de 18,0 M€ (+24,9%) face aos 9M21.

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da **margem financeira**, que atingiu 53,5 M€ nos 9M22, 13,1 M€ acima dos 9M21 (+32,3%).

A carteira de crédito ao consumo do **Cartão Universo** gerou rendimentos de 16,3 M€ nos 9M22, com um volume de balanço líquido de 344,1 M€ em setembro de 2022, +52,0 M€ (+17,8%) face a dezembro de 2021.

Os juros recebidos de **crédito ao consumo** atingiram 33,0 M€ nos 9M22, mais 5,3 M€ (+19,4%) face aos 9M21, ascendendo no **crédito automóvel** a uma carteira líquida de imparidades de 730,3 M€ (+12,6% face a dezembro de 2021). A produção de crédito automóvel situou-se em 192,9 M€ (+28,0% face aos 9M21).

Os juros recebidos de **crédito à habitação** registaram um acréscimo de 9,1% face aos 9M21, com uma carteira de crédito habitação líquida de imparidades de 643,4 M€ (+8,2% face a dezembro de 2021). A produção de crédito à habitação ascendeu a 104,8 M€, +4,3% (+4,3 M€) face aos 9M21.

As **comissões recebidas** desta área de negócio atingiram 33,5 M€, +4,7 M€ (+16,4%) face aos 9M21. Referem-se as contribuições positivas (i) das comissões recebidas de **contas e cartões**, que ascenderam a 9,2 M€ (+1,5 M€; +19,4% face aos 9M21), (ii) dos **produtos de poupança** (*off-balance*) que ascenderam a 3,4 M€ (+0,8 M€; +31,7% face aos 9M21) e resultaram de um volume líquido *off-balance* de 852,9 M€, 20,4% acima de dezembro de 2021, (iii) dos **créditos ao consumo** (*off-balance*) com 2,0 M€ (+0,7 M€; +47,8% face aos 9M21), e (iv) dos **pagamentos**, que ascenderam a 13,8 M€ (+0,9 M€; +6,6% do que nos 9M21).

O bom desempenho comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos **depósitos de clientes** para 2 296,0 M€ (+8,2% face a dezembro de 2021) e do **número de contas** para 591 mil contas (mais 18 mil do que em dezembro de 2021).

O **rácio de transformação** no final de setembro de 2022 ascendeu a 75,0%.

⁶ Receitas deduzidas de gastos diretos operacionais (exclui *overheads*, essencialmente edifícios e frota).

Serviços Financeiros e Retalho

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros e Retalho atingiram 39,5 M€ nos 9M22, mais 4,0 M€ (+11,2%) do que nos 9M21. Verificou-se uma evolução positiva dos rendimentos no 3T22, um crescimento de 3,5 M€ (+29,1%) face ao 3T21.

Os **serviços financeiros** (excluindo outros rendimentos) registaram rendimentos de 26,0 M€, um acréscimo de 2,3 M€ (+9,8%) face aos 9M21. Destacam-se os seguintes contributos:

- Os **títulos da dívida pública** (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento) apresentaram rendimentos de 19,8 M€ nos 9M22, mais 2,1 M€ (+12,2%) face aos 9M21.

Foram efetuadas subscrições no montante de 3 847,4 M€ nos 9M22, com uma média de 20,4 M€/dia (18,7 M€/dia nos 9M21). O 3T22 beneficiou de um aumento das subscrições dos títulos da dívida pública, 71,1% acima do 2T22 e 40,5% acima do 3T21. Este crescimento foi suportado fundamentalmente nos certificados de aforro pelo facto da sua atratividade ter vindo a aumentar desde o início do ano, fruto de uma nova conjuntura de taxas de juro que posiciona melhor a dívida pública enquanto alternativa de investimento.

- Os **produtos financeiros não bancários**, na área de seguros reais e plano de saúde, atingiram 46,2 M€ de subscrições nos 9M22. Com o objetivo de ganhar materialidade no retalho financeiro, os CTT, em articulação com parceiros de negócios, pretendem atingir um crescimento desta linha de atividade nos trimestres futuros.
- Os **vales** registaram rendimentos de 4,4 M€ nos 9M22, mais 0,2 M€ (+4,4%) face aos 9M21. As emissões extra de outras prestações sociais, criadas ao abrigo do atual enquadramento macroeconómico, contribuíram para atenuar a quebra estrutural associada à substituição deste meio de pagamento.
- Os **serviços de pagamentos** dos CTT registaram rendimentos de 1,1 M€ nos 9M22, mantendo-se estáveis face ao período homólogo do ano anterior.

Os **produtos e serviços de retalho** (excluindo outros rendimentos) atingiram 12,6 M€ de rendimentos nos 9M22, um aumento de 1,0 M€ (+8,2%) face aos 9M21, impulsionado pelos serviços prestados no pagamento do subsídio de transporte aéreo das ilhas (+101,4%) com o incremento da mobilidade das populações pós-pandemia, e pela distribuição de jogos sociais (+12,5%).

De entre as iniciativas levadas a cabo no 3T22, destaca-se a aposta na comercialização de telemóveis *smartphones* e de tecnologia de conveniência, agora com uma nova parceria, que tiveram muito boa aceitação por parte dos clientes.

Em termos estratégicos, os CTT têm vindo a reforçar o seu posicionamento no segmento de retalho, através de uma oferta mais robusta, mais regular e mais abrangente na cobertura da rede de lojas e pontos CTT, promovendo a recorrência da compra e a compra por impulso.

Gastos operacionais

Os **gastos operacionais** totalizaram 619,8 M€ nos 9M22, um crescimento de 52,4 M€ (+9,2%) face aos 9M21.

Gastos operacionais

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
Gastos com pessoal	259,3	263,5	4,2	1,6%	82,0	85,0	3,0	3,7%
FSE	235,1	249,1	14,1	6,0%	80,4	83,7	3,3	4,0%
Imparidades e provisões	8,8	17,4	8,6	97,2%	3,0	4,2	1,2	38,6%
Outros gastos	26,8	46,0	19,1	71,3%	9,0	7,1	-2,0	-21,8%
Gastos operacionais (EBITDA)⁷	530,0	576,0	46,0	8,7%	174,5	180,0	5,5	3,1%
Depreciações e amortizações	43,2	48,1	4,9	11,2%	14,6	16,3	1,7	11,4%
Itens específicos	-5,8	-4,3	1,5	26,3%	-3,5	-2,2	1,3	36,8%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	9,9	5,4	-4,5	-45,7%	0,4	1,8	1,3	»
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	-15,6	-9,6	6,0	38,5%	-3,9	-3,9	-0,0	-0,8%
Gastos operacionais	567,4	619,8	52,4	9,2%	185,6	194,1	8,4	4,5%

Milhões €

Os **gastos com pessoal** cresceram 4,2 M€ (+1,6%) face ao período homólogo, essencialmente na área de negócio de Correio e Outros (+4,2 M€), devido à aquisição da NewSpring Services (+8,8 M€). Excluindo a alteração do perímetro de consolidação, estes gastos teriam diminuído 4,5 M€ (-1,7%), em resultado das medidas de aumento de produtividade e foco na eficiência operacional.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** aumentaram 14,1 M€ (+6,0%) face ao período homólogo, quer pelo efeito inorgânico da aquisição da NewSpring Services (+4,9 M€), quer pelo crescimento do negócio, com especial foco nas seguintes rubricas: gastos diretos, impactados pelo efeito das eleições (+3,3 M€), pelas parcerias (+0,9 M€) e pelo material de apoio à venda (+0,4 M€), trabalho temporário (+1,9 M€) e recursos físicos e tecnológicos (+3,3 M€). Os outros gastos decresceram 0,5 M€.

As **imparidades e provisões** aumentaram 8,6 M€ (+97,2%) face ao período homólogo, em resultado do crescimento da carteira de crédito auto e do cartão de crédito Universo.

Os **outros gastos** aumentaram 19,1 M€ (+71,3%) face ao período homólogo, maioritariamente na área de negócio de Correio e Outros devido ao crescimento das soluções empresariais (+20,7 M€ relativos ao projeto de computadores).

As **depreciações e amortizações** aumentaram 4,9 M€ (+11,2%) face ao período homólogo, não só pelo efeito inorgânico da aquisição da NewSpring Services (+1,1 M€), como em resultado do investimento em sistemas de informação (+2,0 M€) e em equipamento postal (+0,5 M€), e pela realização de novos contratos de arrendamento de edifícios e viaturas que impactaram, por via do normativo contabilístico IFRS 16, as amortizações (+2,1 M€).

Os **itens específicos** ascenderam a -4,3 M€, devido a: (i) outros rendimentos e gastos não recorrentes (-9,6 M€) que englobam ganhos brutos com a valorização dos derivados contratados (-11,2 M€) e penalidade pela resolução antecipada do contrato de arrendamento do edifício sede (+2,0 M€), (ii) reestruturações (+3,4 M€), que incluem acordos de suspensão de contratos de trabalho, e (iii) projetos estratégicos (+1,9 M€).

A valorização da estrutura de derivados no montante de 11,2 M€, conforme acima referido, resulta do MTM (*Mark to Market*) dos derivados de taxa de juro sob a forma de *Cap Agreement* (associados às operações de securitização Ulisses 1 e Ulisses 2) e *Interest Rate Swap* (associado à operação de securitização Ulisses 3 e a um derivado existente no Banco CTT).

Pessoal

Em 30 de setembro de 2022 o número de **trabalhadores/as** dos CTT (efetivos/as do quadro e contratados/as a termo) foi de 12 788, menos 136 (-1,1%) do que em 30 de setembro de 2021.

⁷ A partir de 2021 os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

N.º de Trabalhadores/as

	30.09.2021	30.09.2022	Δ	Δ%
Correio e Outros	11 194	10 961	-233	-2,1%
Expresso e Encomendas	1 247	1 305	58	4,7%
Banco CTT	451	487	36	8,0%
Serviços Financeiros e Retalho	32	35	3	9,4%
Total, do qual:	12 924	12 788	-136	-1,1%
Efetivos do quadro	11 189	11 230	41	0,4%
Contratados a termo	1 735	1 558	-177	-10,2%
Portugal	12 330	12 111	-219	-1,8%
Outras geografias	594	677	83	14,0%

Verificou-se um decréscimo de trabalhadores/as na área de negócio de Correio e Outros (-233), onde se têm desenvolvido projetos que visam aumentar a produtividade das operações, através da adaptação da rede ao novo perfil de tráfego reduzindo a necessidade de contratação suplementar, bem como a prossecução do programa de otimização de RH a decorrer principalmente na estrutura central.

No seu conjunto as áreas de operações e distribuição da rede postal (5 441 trabalhadores/as, dos/as quais 4 140 são carteiros/as e distribuidores/as) e a rede de retalho (2 295 trabalhadores/as) representaram cerca de 68,9% do número de trabalhadores/as efetivos/as dos CTT.

EBIT recorrente

O **EBIT recorrente** situou-se em 38,8 M€ nos 9M22, -0,9 M€ (-2,4%) do que nos 9M21, com uma margem de 5,8% (6,5% nos 9M21). Verificou-se o crescimento do EBIT recorrente no Banco CTT (+3,8 M€; +66,5%) e nos Serviços Financeiros e Retalho (+2,5 M€; +14,6%), e o decréscimo nas restantes áreas de negócio. No Correio e Outros, o decréscimo (-5,0 M€; -50,8%) deveu-se à queda registada no tráfego de maior valor e margem. No Expresso e Encomendas (-2,3 M€; -32,5%) foi devido ao aumento dos gastos associados à expansão dos centros operacionais e ao aumento do preço dos combustíveis, sendo que em Portugal ainda se verificou a descida da receita média por objeto pela alteração do *mix* de produtos (maior fluxo de objetos de menor dimensão).

O EBIT recorrente também beneficiou da redução de custos associados com a mudança do edifício sede dos CTT já prevista nas iniciativas de curto prazo do programa de poupança de custos e de eficiência operacional anteriormente divulgadas ao mercado, em particular aquelas relativas à otimização das instalações. O impacto em 2022 é de 3,4 M€ e o impacto anual no futuro será equivalente.

EBIT recorrente por área de negócio

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
EBIT recorrente por AN	39,7	38,8	-0,9	-2,4%	11,0	20,1	9,1	82,7%
Correio e Outros	9,8	4,8	-5,0	-50,8%	0,2	6,6	6,4	»
Expresso e Encomendas	7,1	4,8	-2,3	-32,5%	1,6	1,1	-0,6	-35,2%
Banco CTT	5,8	9,6	3,8	66,5%	3,4	4,1	0,7	21,8%
Serviços Financeiros e Retalho	17,1	19,6	2,5	14,6%	5,9	8,4	2,6	43,8%

É de destacar que no 3T22, o EBIT recorrente cresceu 82,7%, face ao 3T21, para 20,1 M€, beneficiando da expansão do EBIT recorrente gerado pelo Correio e Outros. O desempenho desta área de negócio refletiu as tendências já antecipadas, tendo beneficiado do impacto das diversas iniciativas enfocadas no aumento da rentabilidade. No 3T22, também a área de Serviços Financeiros e Retalho contribuiu decisivamente para a expansão do EBIT recorrente, bem como o Banco CTT, em ambos os casos fruto das dinâmicas já identificadas.

Resultados Financeiros e Resultado Líquido

Os **resultados financeiros consolidados** atingiram -7,1 M€, refletindo uma melhoria de 0,9 M€ (+11,6%) face aos 9M21.

Resultados Financeiros

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
Resultados financeiros	-8,1	-7,1	0,9	11,6%	-2,7	-2,5	0,2	8,7%
Rendimentos financeiros líquidos	-6,4	-6,9	-0,5	-8,6%	-2,1	-2,4	-0,2	-11,5%
Gastos e perdas financeiros	-6,4	-6,9	-0,5	-8,5%	-2,1	-2,4	-0,3	-12,1%
Rendimentos financeiros	0,0	0,0	-0,0	-7,8%	-0,0	0,0	0,0	111,0%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-1,7	-0,2	1,5	88,2%	-0,6	-0,1	0,5	83,2%

Milhões €

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 6,9 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 2,9 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 2,4 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 1,2 M€.

Os CTT obtiveram nos 9M22 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 28,3 M€, 2,0 M€ acima do obtido nos 9M21, tendo sido influenciado positivamente pelos resultados financeiros (+0,9 M€) e pelo imposto sobre o rendimento do período (-3,4 M€).

Investimento

O **investimento** situou-se em 19,9 M€, 1,5 M€ abaixo (-7,2%) do que o realizado nos 9M21.

Esta evolução justifica-se sobretudo pelo esforço financeiro realizado no período homólogo de 2021 na aquisição de máquinas de tratamento de correio e na realização de obras originando, no seu conjunto, um decréscimo de 3,4 M€. Em contrapartida, investiu-se na renovação da frota de ligeiros (+0,5 M€) e nos sistemas de informação, para apoio à atividade bancária (+0,4 M€) e para a implementação da estratégia de omnicanalidade entre físico e digital para o segmento particular (+1,1 M€).

Cash flow

A Empresa gerou nos 9M22 um **cash flow** operacional de 59,0 M€, +7,6 M€ (+14,9%) face aos 9M21. O **cash flow** operacional de 59,0 M€ nos 9M22 resultou, essencialmente, de uma *performance* positiva ao nível do EBITDA sendo, no entanto, contrabalançado pelo impacto do investimento realizado no período e também pelos pagamentos realizados nos 9M22 ainda relacionados com o investimento realizado no 4T21.

É de destacar que no 3T22, o **cash flow** operacional alcançou 40,0 M€, tendo aumentado +26,5 M€ face ao 3T21. A melhoria do desempenho ao nível do **cash flow** operacional gerado deveu-se sobretudo à recuperação ao nível do ativo circulante da Empresa, fruto dum enfoque forte nos recebimentos de clientes. Com efeito, ao nível do fundo de maneio, a evolução observada resulta de um comportamento bastante favorável das rubricas relacionadas com EBITDA, fruto do esforço das equipas e refletindo uma gestão mais eficiente das contas a receber, nomeadamente com outros operadores postais.

Cash flow

	9M21	9M22	Δ	Δ%	3T21	3T22	Δ	Δ%
Milhões €								
EBITDA	82,9	86,8	3,9	4,7%	25,6	36,4	10,8	42,1%
Non-cash itens*	-13,9	-7,8	6,1	44,0%	-4,6	-4,4	0,2	3,3%
Itens específicos**	5,8	4,3	-1,5	-26,3%	3,5	2,2	-1,3	-36,8%
Investimento	-21,5	-19,9	1,5	7,2%	-9,7	-8,0	1,8	18,2%
Δ Fundo de Maneio	-2,0	-4,4	-2,4	-120,8%	-1,2	13,8	15,1	»
Cash Flow operacional	51,4	59,0	7,6	14,9%	13,5	40,0	26,5	»
Benefícios aos empregados	-9,5	-11,4	-1,9	-19,9%	-3,0	-3,9	-0,9	-31,3%
Impostos	-2,4	-15,6	-13,3	«	-2,4	-8,0	-5,6	«
Cash Flow livre	39,4	31,9	-7,5	-19,1%	8,1	28,1	19,9	»
Dívida (capital + juros)	-10,1	-15,4	-5,3	-52,2%	-7,3	-7,4	-0,1	-0,7%
Dividendos	-12,8	-17,7	-4,9	-38,5%	0,0	0,0	-0,0	-100,0%
Aquisição de ações próprias	-6,4	-21,6	-15,2	«	0,0	-6,2	-6,2	«
Alienação de edifícios	2,2	0,0	-2,1	-98,5%	2,2	0,0	-2,2	-99,8%
Investimentos em empresas	-15,0	-0,7	14,3	95,7%	-14,2	-0,5	13,7	96,5%
Inorgânico - Caixa NewSpring	4,9	0,0	-4,9	-100,0%	4,9	0,0	-4,9	-100,0%
Variação de Caixa ajustada	2,3	-23,4	-25,6	«	-6,3	14,0	20,3	»
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ⁸	410,4	-557,9	-968,3	«	282,4	-551,9	-834,3	«
Δ Outros saldos de Caixa ⁹	2,1	13,3	11,1	»	2,2	0,5	-1,6	-75,2%
Variação de Caixa	414,8	-568,0	-982,8	«	278,2	-537,4	-815,7	«

*Imparidades, Provisões e IFRS16 com impacto no EBITDA.

**Itens específicos com impacto no EBITDA.

Posição Financeira Consolidada

Posição financeira consolidada

	31.12.2021	30.09.2022	Δ	Δ%
Milhões €				
Ativo não corrente	1 970,3	2 222,0	251,6	12,8%
Ativo corrente	1 614,9	1 739,6	124,8	7,7%
Total do Ativo	3 585,2	3 961,6	376,4	10,5%
Capital próprio	174,5	199,8	25,2	14,4%
Total do passivo	3 410,7	3 761,8	351,2	10,3%
Passivo não corrente	705,3	825,3	120,1	17,0%
Passivo corrente	2 705,4	2 936,5	231,1	8,5%
Total capital próprio e passivo consolidado	3 585,2	3 961,6	376,4	10,5%

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 30.09.2022 com a de 31.12.2021, destaca-se que:

- O **ativo** cresceu 376,4 M€, maioritariamente devido ao crescimento das rubricas de crédito a clientes bancários (+180,9 M€) com destaque para o crédito hipotecário e crédito automóvel, bem como ao incremento verificado nos investimentos em títulos ao custo amortizado (+247,8 M€) e na rubrica de outros ativos financeiros bancários (+515,0 M€) em resultado das aplicações realizadas pelo Banco CTT no Banco de Portugal. Estes crescimentos foram parcialmente compensados pelo decréscimo observado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (-568,0 M€) em resultado das já mencionadas aplicações efetuadas pelo Banco CTT bem como do pagamento de dividendos e compra de ações próprias.
- O **capital próprio** aumentou 25,2 M€ na sequência do resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT nos 9M22 no montante de 28,3 M€, do aumento das reservas em resultado da constituição da reserva associada ao plano de ações (+1,2 M€) e do aumento da rubrica de outras variações no capital próprio (+34,0 M€) na sequência da redução das responsabilidades com os benefícios aos empregados líquidas de impostos diferidos. Em sentido contrário, ocorreu a aquisição de ações próprias no valor de 21,6 M€ e a distribuição de dividendos no valor de 17,7 M€.

⁸ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

⁹ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2021	30.09.2022	Δ	Δ%
Dívida líquida	58,9	63,2	4,3	7,3%
Dívida CP & LP	201,1	182,0	-19,1	-9,5%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	115,3	111,9	-3,4	-2,9%
Caixa ajustada (I+II)	142,3	118,9	-23,4	-16,4%
Caixa e equivalentes de caixa	877,9	309,8	-568,0	-64,7%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	857,0	275,7	-581,3	-67,8%
Outros saldos de caixa	20,9	34,2	13,3	63,4%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-714,7	-156,8	557,9	78,1%

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 30.09.2022 com a de 31.12.2021, destaca-se:

- A **caixa ajustada** decresceu 23,4 M€, apesar de se observar um comportamento positivo do *cash flow* operacional (+59,0 M€) não permitiu a compensação dos pagamentos de benefícios aos empregados/as (-11,4 M€), o pagamento de impostos (-15,6 M€), o serviço da dívida (-15,4 M€), a aquisição de ações próprias (-21,6 M€) e o pagamento de dividendos (-17,7 M€).
- A **dívida de curto e longo prazo** decresceu 19,1 M€ devido, essencialmente, à redução dos passivos de locação (-3,4 M€) e à redução dos financiamentos bancários (-14,2 M€).

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2021	30.09.2022	Δ	Δ%
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	182,4	204,5	22,1	12,1%
Dívida CP & LP	198,5	178,2	-20,3	-10,2%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	112,6	108,1	-4,6	-4,0%
Caixa ajustada (I+II)	16,1	-26,2	-42,4	«
Caixa e equivalentes de caixa	215,2	233,6	18,4	8,6%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	215,2	233,6	18,4	8,5%
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0	77,9%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-199,1	-259,8	-60,8	-30,5%

2. Outros Destaques

ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros comunicou a aprovação, na mesma data, do diploma que veio alterar o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em Portugal, tendo o respetivo diploma sido promulgado a 5 de fevereiro de 2022 e o Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 7 de fevereiro de 2022. O novo **contrato de concessão** entrou assim em vigor e terá uma duração de sete anos – até 31 de dezembro de 2028.

O presente enquadramento melhora os mecanismos de decisão e fornece critérios claros para garantir a prestação do serviço postal universal (SPU) em condições económicas sustentáveis, promovendo um maior equilíbrio entre a continuidade da prestação do serviço postal e o reforço da capacidade da Empresa para fazer face aos desafios da transição digital, prosseguindo com a implementação consistente do seu processo de transformação. Por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados à concessionária apenas as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

Nos termos do novo contrato de concessão de 6 de janeiro de 2022 e do Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 7 de fevereiro de 2022, o primeiro ano de vigência do contrato funciona como período de transição -, os

preços do cabaz do serviço universal deverão respeitar uma variação média anual máxima de 6,80%, que considera a queda do tráfego observada nos primeiros nove meses de 2021 e a variação do Índice de Preços ao Consumidor para a classe de despesas de Transportes, conforme divulgada pelo INE para o mês de outubro de 2021. Foram também atualizados a 7 de março os preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade. As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 5,84% para o ano de 2022.

Mantendo-se ainda em 2022 impactos da pandemia de COVID-19, os CTT continuaram a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do SPU, até 21 de fevereiro de 2022, na sequência do fim do estado de calamidade e início do estado de alerta que vigorou até 30 de setembro 2022.

Por deliberações de 6 de maio de 2022 e de 6 de julho de 2022 a ANACOM deferiu os pedidos dos CTT relativamente à dedução dos registos de expedições de correio, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de COVID-19 no segundo semestre de 2021, para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, para efeitos do cálculo dos IQS do ano de 2022.

Em 27 de julho de 2022 foi celebrado um **Convénio** entre o regulador setorial (ANACOM), a Direção-Geral do Consumidor (DGC) e o prestador do serviço universal (CTT), que define os critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais, que compõem o cabaz de serviços do SPU para o triénio 2023-2025, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2022, de 7 de fevereiro, o qual foi notificado ao Governo.

O âmbito do Convénio abrange assim, os serviços de correspondências, encomendas e jornais e publicações periódicas que integram a oferta do SPU, incluindo os serviços de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos, não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal).

Do **regime de preços** dos serviços abrangidos pelo Convénio destaca-se:

- A manutenção de uma variação máxima anual dos preços do cabaz de serviços objeto do Convénio, que será apurada nos termos da seguinte fórmula: $IPC - \Delta\text{Tráfego} * (1 - CV) - E + K$.
A referida variação máxima anual de preços tem assim em consideração valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses, a variação de tráfego ($\Delta\text{Tráfego}$) expurgada de um indicador do peso dos custos variáveis (CV) nos custos totais associados ao SPU (valor definido em 16% para cada ano) e um fator de eficiência (E) associado à atividade dos CTT no âmbito do SPU (valor definido em 0,5 pontos percentuais para cada ano). No caso da ocorrência de alterações significativas de contexto relacionadas com as condições de prestação do SPU, está prevista a aplicação de um fator adicional (K), cujo valor será determinado por acordo, mediante proposta de qualquer das partes que integram o Convénio.
- A definição para cada preço de uma variação anual máxima de 15% e uma variação máxima global de 30% para o período 2023-2025.
- A fixação de uma variação anual máxima de 4 cêntimos para o preço do correio normal nacional até 20 gramas, utilizado pelo segmento ocasional.
- A continuação da aplicação do princípio da uniformidade tarifária, com a aplicação de um preço único em todo o território, aos envios de correspondência nacional até 50 gramas remetidos por utilizadores do segmento ocasional e nos envios do serviço registado de citações e notificações até 50 gramas.
- A disponibilização pelos CTT, de forma gratuita, no serviço nacional e internacional, da expedição de envios para os cegos e amblíopes, à exceção das sobretaxas aéreas, caso existam.

Em 28 de junho de 2022, os CTT foram notificados da decisão da ANACOM que deferiu o requerimento dos CTT para alteração da data para a entrada em vigor da decisão da ANACOM de 29 de abril de 2021 sobre a distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio.

PRINCIPAIS MARCOS ALCANÇADOS A NÍVEL DE ESG

Capital Humano

- **Retorno à normalidade pós-COVID** – O 3.º trimestre coincidiu com o alívio de medidas no âmbito da COVID-19. Nos CTT, o decréscimo dos casos foi acompanhado ainda com medidas de mitigação em linha com as orientações da DGS.
- **Plano para a Igualdade 2023** – Foi elaborado e apresentado, em setembro, e inclui um exercício de reporte aprofundado, com um autodiagnóstico de questões como o rácio salarial entre homens e mulheres, detalhado por grupo profissional, e uma análise das taxas de retenção e retorno após licenças de parentalidade.
- **Programas de saúde e segurança** – No programa Vitória, foi implementado um novo modelo de análise dos casos de aptidão condicionada mais perenes e complexos, com alterações de funções. No programa Viver, aos ciclos de *webinars* juntaram-se materiais sobre prevenção da saúde.
- **Vacinação e medicina no trabalho** – Foi realizada a campanha anual de vacinação contra a gripe e foram feitos 4387 exames de medicina do trabalho, entre periódicos, ocasionais e de admissão.
- **Prevenção de acidentes** – Para a prevenção de acidentes e ergonomia, foram realizadas, no 3.º trimestre, cerca de 150 intervenções para avaliação das condições de trabalho. Neste período, foram registados 549 acidentes laborais, um decréscimo de 5% face aos 9M21.
- **Dias de Segurança Rodoviária, da ROADPOL** – Coincidindo com a Semana Europeia da Mobilidade, os CTT associaram-se a esta iniciativa que pretende que, em pelo menos um dia do ano, o número de vítimas de acidentes de viação na Europa seja zero.

Capital Intelectual

- **Prémio para a inovação green** – Já estão abertas as inscrições para os CTT *E-Commerce Awards 2022*. A categoria “*e-Commerce Green*”, uma entre as oito a concurso, premiará iniciativas que se destaquem pelo seu posicionamento ao nível da sustentabilidade.
- **Inovação ao serviço dos clientes** – O novo Portal de Serviços para Empresas, com uma área de cliente e um módulo de envios, levou a uma homogeneização e simplificação de processos. Também foi desenvolvida uma nova experiência de portagens na área de cliente do *site* CTT.

Capital Social

- **Uma Árvore pela Floresta** – Após o lançamento da campanha e o início da venda nas lojas CTT e na loja *online*, assistimos à chegada de mais dois embaixadores: o chef António Alexandre e o músico Paulo Furtado, mais conhecido como *Legendary Tigerman*.
- **Lançamento das Bolsas Sociais EPIS** – Os CTT receberam candidaturas para as cinco bolsas de estudo, que vão apoiar alunas inscritas em cursos profissionais na área das tecnologias de informação, de modo a promover o ingresso de mulheres neste setor altamente masculinizado.
- **Selo Solidário com a Ucrânia** – A 27 de setembro, os CTT lançaram um selo dedicado ao povo da Ucrânia e cujos lucros reverterão integralmente para o seu auxílio. Esta emissão é composta por um selo, com um valor facial de 0,95€, e teve uma tiragem de 75 mil exemplares.
- **Projeto educativo "Pergunta a um Ecólogo"** – Os CTT associaram-se à Sociedade Portuguesa de Ecologia num projeto pedagógico e, ao longo do ano letivo, alunos/as de Oeiras e Alenquer vão colocar questões a ecólogos/as, por carta, com os CTT a assumirem os custos da correspondência.
- **Boas práticas da NewSpring Services** – De realçar ações de doação de sangue, em Lisboa e em Évora, assim como a doação de bens alimentares a duas ONG dedicadas ao abrigo de animais abandonados.
- **Envios de dinheiro para a Ucrânia** – Em março, decorreu uma ação nos balcões dos CTT, em parceria com a Western Union, que permitiu o envio de dinheiro para a Ucrânia sem custos, tendo totalizado 1078 envios no montante de 271,7 mil euros.
- **Reconhecimento pelo Portal da Queixa** – A 321 Crédito recebeu um importante reconhecimento pelo seu trabalho com o selo Marca Recomendada 2022, atribuído pelo Portal da Queixa.

Capital Natural

- **Expansão das viaturas elétricas** – Os CTT já têm mais de 400 veículos totalmente elétricos a circular, incluindo 52 quadriciclos elétricos Citroen AMI, uma novidade em Portugal. Cinco Centros de Entrega já são totalmente ‘verdes’: Cascais, Arroios, Junqueira, Graciosa e Porto Santo.
- **Prémio CSR Coups de Coeur 2022, da PostEurop** – Os CTT venceram, pela segunda vez na sua história, o conceituado prémio CSR *Coups de Coeur*, atribuído pela PostEurop,

- destacando o projeto de reciclagem de máscaras contra a COVID-19, em parceria com a TO-BE-GREEN.
- **Reforço da parceria com a To-Be-Green** – O programa de economia circular alargou o seu âmbito, focando-se em material usado nas operações dos CTT, como sacos de correio internacional, para a produção de tabuleiros de uso na distribuição postal, com reintrodução do polipropileno reciclado.
 - **Semana Europeia da Mobilidade** – Os CTT aderiram novamente a esta iniciativa, com um plano de sensibilização de trabalhadores/as que contou com a adesão ao evento “Um dia a pedalar, porque não?” promovido pela Agência de Energia e Ambiente de Lisboa.
 - **CTT Express em plataforma de mobilidade** – A CTT Express, em Espanha, tornou-se membro da plataforma “Empresas para a Mobilidade Sustentável”, pretendendo promover a mobilidade eficiente e responsável no setor da distribuição e transporte.
 - **Green Postal Day** – Os CTT e um número recorde de 18 outros operadores postais mundiais voltaram a celebrar o *Green Postal Day*. Esta iniciativa do IPC - International Post Corporation assinalou os resultados do setor na redução das emissões, eletrificação da frota e poupança de energia.
 - **GreenFest 2022** – Os CTT exibiram um dos seus novos Citroen AMI, com os quais pretendem tornar mais seguros e menos poluentes os giros habitualmente feitos de motociclo, e apresentaram, numa conferência, os resultados das parcerias com a To-Be-Green e com a Quercus.
 - **Portugal Mobi Summit** – Os CTT participaram na cimeira que juntou referências na mobilidade sustentável, *smart cities*, transição energética, transição digital, inovação e políticas públicas de transporte e planeamento urbano.
 - **Apoio à compra de carros elétricos e híbridos** – A 321 Crédito lançou um piloto direcionado ao financiamento de viaturas elétricas ou híbridas em segunda mão. A campanha consiste na oferta de um cupão, no valor de 300 €, para uso numa *app* especializada.
 - **Pacto do Porto para o Clima** – Os CTT associaram-se ao Pacto do Porto para o Clima, demonstrando o seu comprometimento com a descarbonização da sua atividade, através do consumo responsável e do desenvolvimento do seu portefólio de produtos mais ecológicos.
 - **Desempenho carbónico e energético** – Os valores previsionais acumulados de emissões carbónicas e consumos energéticos de âmbito 1 e 2 dos CTT (consumo de combustível, gás e eletricidade e utilização de climatização) nos 9M22 são de 12,0 kton e 273,2 TJ, respetivamente, (-0,5% e +1,0% face aos 9M21).

OUTLOOK PARA O EXERCÍCIO DE 2022

Os resultados dos 9M22 dos CTT confirmam a tendência de recuperação antecipada. A Empresa mantém o compromisso de continuar a tomar as iniciativas necessárias para o cumprimento do *guidance*, o qual depende naturalmente de fatores externos, nomeadamente da evolução da inflação e do consumo tanto em Portugal como em Espanha.

3. Eventos Subsequentes

No dia 31 de outubro de 2022, os CTT- Correios de Portugal, S.A. procederam à **constituição da subsidiária CTT IMO Yield, S.A.** Esta sociedade tem como objeto social as atividades de arrendamento e exploração de bens imobiliários, bem como as atividades de compra e venda de bens imobiliários. Tal como divulgado na nota 4, esta sociedade foi constituída com o objetivo de deter e gerir o portefólio de rendimento dos CTT e irá compreender essencialmente (1) os imóveis associados à rede de retalho dos CTT e (2) armazéns e centros de logística e distribuição da rede operacional dos CTT em Portugal.

Nota Final

Esta comunicação é baseada nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. relativas aos primeiros nove meses de 2022, em anexo.

Lisboa, 3 de novembro de 2022

O Conselho de Administração



CTT – Correios de Portugal, S.A.

Esta informação ao mercado e ao público em geral é efetuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 29.º-Q do Código dos Valores Mobiliários e está também disponível no *site* dos CTT em:

<https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Representante para as Relações com o Mercado dos CTT

Guy Pacheco

Diretor de Relações com Investidores dos CTT

Nuno Vieira

Contactos:

Email: investors@ctt.pt

Fax: + 351 210 471 996

Telefone: + 351 210 471 087

Disclaimer

Este documento foi preparado pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “CTT”) exclusivamente para efeitos da divulgação dos resultados dos primeiros nove meses de 2022 (9M22) e tem natureza meramente informativa. Este documento não constitui, nem deve ser interpretado como, uma oferta para vender, emitir, trocar ou adquirir quaisquer instrumentos financeiros (nomeadamente quaisquer valores mobiliários emitidos pelos CTT ou por qualquer das suas subsidiárias ou filiais), nem como qualquer forma de solicitação, recomendação ou conselho de (des)investimento pelos CTT nem pelas suas subsidiárias ou filiais.

A distribuição deste documento em certas jurisdições pode ser proibida e os destinatários na posse do presente documento são os únicos responsáveis por informar-se sobre e por cumprir tais restrições. Em particular, esta comunicação e a informação nela contida não se destina a ser publicada, distribuída ou divulgada em ou para, direta ou indiretamente, os Estados Unidos da América (incluindo os seus territórios e possessões), Canadá, Japão ou Austrália ou qualquer outra jurisdição em que tal anúncio seria ilegal.

Desta forma, nem esta comunicação nem parte dela, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição. Assim, a Empresa não assume qualquer responsabilidade no que se refere ao presente documento, caso o mesmo seja utilizado para fins distintos dos supracitados.

Este documento (i) pode conter informação resumida e ser sujeito a alterações e aditamentos e (ii) a informação aqui incluída não foi verificada de forma independente nem objeto de auditoria ou revisão por quaisquer auditores ou consultores da Empresa. Assim, dada a natureza e finalidade da divulgação da informação nele contida e com exceção dos casos legalmente previstos, os CTT não se comprometem a atualizar ou rever publicamente qualquer informação inserida no presente documento. Este documento não esgota toda a informação prestada ao mercado sobre os CTT, pelo que os seus destinatários são convidados e aconselhados a consultar a informação pública divulgada pelos CTT em www.ctt.pt e em www.cmm.pt. Em particular, o conteúdo desta comunicação deve ser lido e entendido à luz da informação financeira divulgada pelos CTT, através dos meios mencionados.

A leitura deste documento é tida como a aceitação / vinculação às restrições anteriores.

Declarações relativamente ao futuro

Esta comunicação inclui declarações relativas ao futuro. Todas as declarações constantes desta comunicação que não constituam factos históricos, incluindo, sem limitar, declarações que reflitam a nossa atual opinião ou, conforme aplicável, a dos nossos administradores, relativamente ao desempenho financeiro, estratégia de negócio, planos e objetivos de gestão relativamente às operações futuras são declarações relativas ao futuro. As declarações que incluem as expressões “espera”, “tenciona”, “planeia”, “acredita”, “antecipa”, “será”, “visa”, “pode”, “poderia”, “seria”, “continua” e declarações similares relativas ao futuro ou de tal natureza correspondem a declarações relativas ao futuro.

Todas as declarações relativas ao futuro incluídas na presente comunicação envolvem riscos certos e incertos e incertezas. Em conformidade, podem ou poderão ter lugar fatores importantes que determinem que os resultados, desempenho ou consequências efetivas difiram materialmente dos indicados nestas declarações. Quaisquer declarações relativas ao futuro constantes deste documento refletem a nossa opinião relativamente a eventos futuros e estão sujeitas a estes e outros riscos, incertezas e pressupostos relacionados com os resultados das nossas operações, estratégia de crescimento e liquidez.

Embora os CTT acreditem que os pressupostos de tais declarações são razoáveis na data em que são elaborados, advertem-se terceiros para o facto de que as informações e declarações relativas ao futuro estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais são difíceis de prever e geralmente estão para além do controlo dos CTT, o que poderá fazer com que os resultados e desenvolvimentos efetivos sejam significativamente diferentes daqueles expressos, implícitos ou projetados pelas informações e declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro não representam qualquer garantia de desempenho futuro nem foram revistas pelos auditores dos CTT, pelo que se adverte para que não seja depositada confiança indevida nas mesmas.

Quaisquer declarações relativas ao futuro referem-se apenas à data desta comunicação. Com exceção dos casos legalmente previstos, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro, em resultado de informação nova, desenvolvimentos futuros ou por outro motivo.



Relatório 9 meses 2022

**Demonstrações financeiras consolidadas
intercalares condensadas**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Euros)

	NOTAS	31.12.2021	Não auditado 30.09.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	296.287.578	290.521.242
Propriedades de investimento	6	6.327.424	6.168.452
Ativos intangíveis	5	63.507.247	65.349.842
Goodwill		81.471.314	80.256.739
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		17.992	—
Outros investimentos		311.684	961.684
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		2.261.947	25.655.643
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	4.906.841	—
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	294.986.658	434.200.262
Outros ativos não correntes		1.772.136	1.233.148
Crédito a clientes bancários	10	1.125.984.322	1.242.524.271
Outros ativos financeiros bancários	9	5.237.710	2.013.006
Ativos por impostos diferidos	26	87.255.087	73.072.370
Total do ativo não corrente		1.970.328.421	2.221.957.140
Ativo corrente			
Inventários		6.872.274	8.965.271
Contas a receber		160.930.050	159.073.340
Crédito a clientes bancários	10	415.924.171	480.272.676
Imposto a receber	23	8.268	4.001.930
Diferimentos	11	8.725.934	11.311.591
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		24.999.138	26.122.328
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	1.188.069	2.313.239
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	39.173.861	147.715.788
Outros ativos correntes		68.848.382	62.097.332
Outros ativos financeiros bancários	9	9.721.536	527.898.626
Caixa e equivalentes de caixa	12	877.872.696	309.848.902
		1.614.264.379	1.739.621.023
Ativos não correntes detidos para venda		605.798	277
Total do ativo corrente		1.614.870.177	1.739.621.300
Total do ativo		3.585.198.598	3.961.578.440
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(6.404.963)	(27.978.938)
Reservas	15	67.078.351	68.264.199
Resultados transitados	15	43.904.074	64.723.159
Outras variações no capital próprio	15	(43.998.612)	(9.957.085)
Resultado líquido do período		38.404.113	28.305.860
Capital próprio atribuível a acionistas		173.982.963	198.357.195
Interesses não controlados		563.106	1.393.573
Total do capital próprio		174.546.069	199.750.768
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	149.336.438	127.582.140
Benefícios aos empregados	19	260.805.742	211.699.833
Provisões	20	14.679.520	10.674.263
Diferimentos	11	272.088	263.687
Outros passivos financeiros bancários	9	277.760.616	465.625.135
Passivos por impostos diferidos	26	2.427.513	9.503.052
Total do passivo não corrente		705.281.917	825.348.110
Passivo corrente			
Contas a pagar	21	350.304.332	411.428.472
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	22	2.121.511.345	2.277.262.265
Benefícios aos empregados	19	21.090.144	20.915.055
Imposto a pagar	23	11.611.897	—
Financiamentos obtidos	18	51.783.012	54.466.980
Diferimentos	11	3.452.240	3.481.204
Outros passivos correntes		118.594.781	127.439.611
Outros passivos financeiros bancários	9	27.022.862	41.485.976
Total do passivo corrente		2.705.370.613	2.936.479.563
Total do passivo		3.410.652.530	3.761.827.673
Total do capital próprio e passivo		3.585.198.598	3.961.578.440

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2022
(Euros)

	NOTA	Nove meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.09.2021	Não auditado 30.09.2022	Não auditado 30.09.2021	Não auditado 30.09.2022
Vendas e serviços prestados	3	548.485.894	579.305.443	176.294.085	185.074.626
Marquem Financeira		40.447.134	53.500.054	14.706.033	19.079.554
Outros rendimentos e ganhos operacionais		23.952.912	29.984.946	9.102.109	12.207.118
		612.885.940	662.790.443	200.102.227	216.361.298
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(13.869.276)	(35.547.141)	(4.635.122)	(5.731.744)
Fornecimentos e serviços externos		(237.835.303)	(251.116.444)	(80.867.765)	(84.425.161)
Gastos com o pessoal	24	(267.682.275)	(266.132.801)	(82.189.488)	(86.058.565)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(1.698.740)	(2.791.054)	(885.020)	(1.467.528)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(9.766.395)	(17.164.495)	(3.465.744)	(6.410.381)
Provisões (aumentos/reversões)	20	1.297.051	2.596.850	1.325.759	3.684.196
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(43.213.815)	(48.073.192)	(14.600.976)	(16.270.989)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		—	12.271.530	—	6.333.556
Resultados de outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral		—	—	(12.171.894)	—
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado		17.776.526	—	15.565.715	—
Outros gastos e perdas operacionais		(13.312.671)	(15.091.991)	(4.592.187)	(4.964.624)
Ganhos/perdas com alienação de ativos		905.878	1.276.084	890.757	1.253.617
		(567.399.020)	(619.772.654)	(185.625.965)	(194.057.623)
		45.486.920	43.017.789	14.476.262	22.303.675
Gastos e perdas financeiros	25	(6.386.502)	(6.931.854)	(2.112.550)	(2.369.166)
Rendimentos financeiros	25	15.093	13.914	(11.189)	1.235
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(1.678.837)	(197.822)	(576.068)	(96.967)
		(8.050.246)	(7.115.762)	(2.699.807)	(2.464.898)
Resultado antes de impostos		37.436.674	35.902.027	11.776.455	19.838.777
Imposto sobre o rendimento do período	26	(10.999.065)	(7.620.135)	(2.594.232)	(6.120.807)
Resultado líquido do período		26.437.609	28.281.892	9.182.223	13.717.970
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		26.308.662	28.305.860	9.121.948	13.756.677
Interesses não controlados		128.947	(23.966)	60.273	(38.707)
Resultado por ação:	17	0,18	0,19	0,06	0,09

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2022
(Euros)

	NOTAS	Nove meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.09.2021	Não auditado 30.09.2022	Não auditado 30.09.2021	Não auditado 30.09.2022
Resultado líquido do período		26.437.609	28.281.892	9.182.223	13.717.970
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	19.250	71.413	6.903	28.028
Variações nas reservas de justo valor	15	(37.583)	(29.152)	(18.867)	(21.012)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	—	47.275.716	—	—
Impostos Diferidos - Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	—	(13.234.189)	—	—
Outras alterações no capital próprio		15.147	854.433	2.800	148.124
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(3.187)	34.938.221	(9.165)	155.140
Rendimento integral do período		26.434.422	63.220.115	9.173.056	13.873.110
Atribuível a interesses não controlados		144.093	830.467	63.073	109.417
Atribuível aos acionistas dos CTT		26.290.329	62.389.648	9.109.983	13.763.693

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Euros)

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020		—	—	—	—	16.669.309	(16.669.309)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	(12.750.000)	—	—	(12.750.000)
Aquisição de ações próprias	15	—	(6.404.954)	—	—	—	—	—	(6.404.954)
Plano de ações	15	—	—	1.215.000	—	—	—	—	1.215.000
		—	(6.404.954)	1.215.000	—	3.919.309	(16.669.309)	—	(17.939.954)
Outros movimentos	15	—	—	—	—	—	—	52.242	52.242
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	3.601.623	—	—	—	3.601.623
Variações nas reservas de justo valor	15	—	—	(56.584)	—	—	—	—	(56.584)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	22.345	—	—	22.345
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	38.404.113	187.190	38.591.303
Rendimento integral do período		—	—	(56.584)	3.601.623	22.345	38.404.113	239.431	42.210.930
Saldo em 31 de dezembro de 2021		75.000.000	(6.404.963)	67.078.351	(43.998.612)	43.904.074	38.404.113	563.106	174.546.069
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021		—	—	—	—	38.404.113	(38.404.113)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	(17.656.441)	—	—	(17.656.441)
Aquisição de ações próprias	15	—	(21.573.976)	—	—	—	—	—	(21.573.976)
Plano de ações	15	—	—	1.215.000	—	—	—	—	1.215.000
		—	(21.573.976)	1.215.000	—	20.747.672	(38.404.113)	—	(38.015.417)
Outros movimentos	15	—	—	—	—	—	—	854.433	854.433
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	34.041.527	—	—	—	34.041.527
Variações nas reservas de justo valor	15	—	—	(29.152)	—	—	—	—	(29.152)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	71.413	—	—	71.413
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	28.305.860	(23.966)	28.281.894
Rendimento integral do período		—	—	(29.152)	34.041.527	71.413	28.305.860	830.467	63.220.115
Saldo em 30 de setembro 2022		75.000.000	(27.978.938)	68.264.199	(9.957.085)	64.723.159	28.305.860	1.393.573	199.750.768

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2022 (Euros)

	Notas	Não auditado 30.09.2021	Não auditado 30.09.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		594.295.916	595.549.053
Pagamentos a fornecedores		(341.012.571)	(333.163.883)
Pagamentos ao pessoal		(234.591.750)	(239.044.009)
Depósitos de clientes bancários		298.162.508	155.755.620
Crédito a clientes bancários		(359.259.977)	(186.540.735)
Caixa gerada pelas operações		(42.405.874)	(7.443.954)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.378.382)	(15.640.781)
Outros recebimentos/pagamentos		37.665.117	123.746.479
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(7.119.139)	100.661.744
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.168.750	32.080
Investimentos financeiros		—	2
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	9.000.867	4.880.866
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	380.145.221	406.681.491
Depósitos no Banco de Portugal		—	19.937.800
Outros ativos financeiros bancários	9	24.185.000	5.991.731.500
Juros e rendimentos similares		23.909	69.466
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.254.837)	(11.669.927)
Ativos intangíveis		(10.802.378)	(14.390.001)
Investimentos financeiros		(14.962.369)	(650.000)
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	—	(1.146.911)
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	(142.950.283)	(658.922.859)
Depósitos no Banco de Portugal		(3.679.300)	—
Outros ativos financeiros bancários	9	(800.000)	(6.506.286.500)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		231.074.579	(769.732.993)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	59.832.194	81.512.115
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		—	867.000
Depósitos de outras instituições de crédito		—	1.084.674
Outros passivos financeiros bancários		251.500.000	201.500.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(69.801.786)	(96.735.602)
Depósitos de outras instituições de crédito		—	(1.084.308)
Juros e gastos similares		(202.572)	(292.751)
Passivos de locação	18	(22.745.609)	(25.272.935)
Outros passivos financeiros bancários	9	(15.610.415)	(11.556.284)
Aquisição de ações próprias	16	(6.404.954)	(21.573.976)
Dividendos	16	(12.750.000)	(17.656.441)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		183.816.856	110.791.492
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		407.772.296	(558.279.757)
Alteração do perímetro de consolidação		4.915.814	—
Caixa e seus equivalentes no início do período		498.826.781	856.957.546
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	911.514.891	298.677.789
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		19.474.900	—
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		2.005.465	11.176.687
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(14.885)	(5.573)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		932.980.372	309.848.902

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	25
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	25
2.1 NOVAS NORMAS OU ALTERAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO.....	26
2.2 BASES DE APRESENTAÇÃO.	27
3. RELATO POR SEGMENTOS	27
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	35
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	41
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	44
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	46
8. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS.....	52
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	56
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	63
11. DIFERIMENTOS.....	69
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	72
14. CAPITAL.....	73
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS ..	75
16. DIVIDENDOS	78
17. RESULTADOS POR AÇÃO	79
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	79
19. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	82
20. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS.....	88
21. CONTAS A PAGAR.....	92
22. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	93
23. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR	94
24. GASTOS COM O PESSOAL.....	94
25. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	96
26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	97
27. PARTES RELACIONADAS	102
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	103
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	107

1. Introdução

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, n.º 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013, o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014, ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 novembro 2022.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício

findo a 31 de dezembro de 2021, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2022.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o **Grupo** aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro** - Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.
- **Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento** - Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
- **Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato** - Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)** - Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
- **Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)** - Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
- **Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos

de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.

O Grupo não registou alterações significativas com a adoção das presentes normas e interpretações.

2.2 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2022, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 2021, no relato por segmentos, simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações (abrangidas pela IFRS 16). Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos, da seguinte forma:

- **Correio** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., NewSpring Services, S.A., CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A., MedSpring, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado com a cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens - Banco.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso S.A., a CORRE S.A., o Fundo de Inovação Techtree e a Open Lockers, S.A.;
- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- **Banco** – Banco CTT, S.A., Payshop S.A., 321 Crédito S.A. e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada ao “*chief operating decision maker*”.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;

- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento dos primeiros nove meses de 2021 e de 2022 são as seguintes:

Milhares de Euros	30.09.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	318.906	186.346	35.555	72.080	612.886
Vendas e prestação de serviços	314.994	185.958	35.077	12.456	548.486
<i>Vendas</i>	6.668	174	9.291	—	16.133
<i>Prestação de serviços</i>	308.326	185.784	25.786	12.456	532.353
Margem Financeira	—	—	—	40.447	40.447
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3.912	388	477	19.176	23.953
Gastos operacionais - EBITDA	280.053	170.854	18.371	60.693	529.971
Gastos com pessoal	216.170	22.891	817	19.411	259.289
Fornecimentos e serviços externos	60.676	147.594	1.882	24.901	235.052
Outros gastos	10.356	1.143	8.701	6.625	26.825
Imparidades e provisões	(317)	721	—	8.400	8.804
Prestações internas de serviços	(6.832)	(1.494)	6.971	1.355	—
EBITDA	38.853	15.491	17.184	11.387	82.915
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	29.076	8.425	76	5.636	43.214
EBIT recorrente	9.776	7.066	17.108	5.751	39.701
Itens específicos	8.606	776	1	(15.168)	(5.786)
<i>Reestruturações empresariais</i>	8.015	354	—	—	8.369
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	982	124	—	382	1.488
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	(391)	298	1	(15.550)	(15.642)
EBIT	1.170	6.290	17.107	20.920	45.487
Resultados financeiros					(8.050)
Rendimentos financeiros líquidos					(6.371)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>					(6.387)
<i>Rendimentos financeiros</i>					15
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.679)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					37.437
Imposto sobre o rendimento					10.999
Resultado líquido					26.438
Interesses não controlados					129
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					26.308

Milhares de Euros	30.09.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	345.480	187.764	39.532	90.014	662.790
Vendas e prestação de serviços	340.274	187.315	38.287	13.430	579.305
<i>Vendas</i>	27.888	17	9.760	—	37.664
<i>Prestação de serviços</i>	312.386	187.298	28.528	13.430	541.642
Margem Financeira	—	—	—	53.500	53.500
Outros rendimentos e ganhos operacionais	5.206	449	1.245	23.085	29.985
Gastos operacionais - EBITDA	309.767	171.720	19.852	74.622	575.961
Gastos com pessoal	220.407	22.229	739	20.160	263.535
Fornecimentos e serviços externos	70.538	148.573	1.674	28.328	249.113
Outros gastos	28.294	1.660	9.165	6.835	45.954
Imparidades e provisões	(2.330)	711	1.140	17.838	17.359
Prestações internas de serviços	(7.142)	(1.453)	7.134	1.461	—
EBITDA	35.713	16.044	19.680	15.392	86.829
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	30.899	11.278	79	5.818	48.074
EBIT recorrente	4.814	4.766	19.601	9.574	38.755
Itens específicos	5.856	746	3	(10.866)	(4.261)
<i>Reestruturações empresariais</i>	2.866	579	—	—	3.445
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	1.627	144	—	139	1.910
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	1.363	23	3	(11.005)	(9.616)
EBIT	(1.042)	4.020	19.598	20.440	43.017
Resultados financeiros					(7.116)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>					(6.932)
<i>Rendimentos financeiros</i>					14
<i>Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</i>					(198)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					35.902
Imposto sobre o rendimento					7.620
Resultado líquido					28.282
Interesses não controlados					(24)
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					28.305

A 30 de setembro de 2022, os itens específicos ascenderam a -4,3 milhões de euros, devido a: (i) ganhos brutos com a valorização dos derivados contratados (-11,2 milhões de euros) (ii) penalidade pela resolução antecipada do contrato de arrendamento do edifício sede (+2,0 milhões de euros) (iii) reestruturações (+3,4 milhões de euros), que incluem acordos de suspensão de contratos de trabalho, e (iv) projetos estratégicos (+1,9 milhões de euros).

A valorização da estrutura de derivados no montante de 11,2 milhões de euros, conforme acima referido, resulta do MTM (*Mark to Market*) dos derivados de taxa de juro sob a forma de *Cap Agreement* (associados às operações de securitização Ulisses 1 e Ulisses 2) e *Interest Rate Swap* (associado à operação de securitização Ulisses 3 e a um derivado existente no Banco CTT).

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	30.09.2021	30.09.2022
Correio	318.906	345.479
Correio Transacional	268.275	256.838
Correio Editorial	9.504	9.027
Encomendas (SU)	5.782	5.371
Correio publicitário	13.283	12.880
Filatelia	3.957	3.258
Soluções empresariais	12.760	51.691
Outros	5.347	6.415
Expresso & encomendas	186.346	187.764
Portugal	99.091	94.302
CEP	86.606	84.257
Carga	6.256	3.783
Banca	3.387	3.184
Logística	2.341	2.502
Outros negócios	501	576
Espanha	84.898	90.663
Moçambique	2.357	2.800
Serviços Financeiros & Retalho	35.555	39.532
Poupança e seguros	18.241	20.338
Vales postais	4.207	4.390
Pagamentos	1.144	1.127
Produtos e Serviços de Retalho	11.644	12.603
Outros	319	1.074
Banco	72.079	90.014
Margem Financeira	40.447	53.501
Juros e rendimentos (+)	41.108	57.074
Juros e encargos (-)	(661)	(3.573)
Comissões Recebidas (+)	28.797	33.512
Créditos	2.992	3.915
Poupança e Seguros	4.250	5.522
Contas e Cartões	8.600	10.220
Pagamentos	12.924	13.779
Outras comissões recebidas	31	77
Outros	2.836	3.002
	612.886	662.790

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestações de serviços e margem financeira, para o período findo em 30 de setembro 2021 e 30 de setembro de 2022, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

Natureza	30.09.2021				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Serviços postais	290.586.775	—	—	—	290.586.775
Serviços expresso	—	185.957.866	—	—	185.957.866
Venda produtos <i>Merchandising</i>	—	—	1.649.348	—	1.649.348
Apartados	—	—	1.238.511	—	1.238.511
Serviços postais internacionais (*)	24.407.586	—	—	—	24.407.586
Comissões Serviços Financeiros	—	—	32.189.591	52.903.349	85.092.941
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	314.994.362	185.957.866	35.077.451	52.903.349	588.933.027

(*) Correio *Inbound*

Natureza	30.09.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Serviços postais	328.538.745	—	—	—	328.538.745
Serviços expresso	—	187.314.851	—	—	187.314.851
Venda produtos <i>Merchandising</i>	—	—	1.274.591	—	1.274.591
Apartados	—	—	1.144.900	—	1.144.900
Serviços postais internacionais (*)	11.734.836	—	—	—	11.734.836
Comissões Serviços Financeiros	—	—	35.867.681	66.929.893	102.797.574
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	340.273.581	187.314.851	38.287.172	66.929.893	632.805.497

(*) Correio *Inbound*

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	31.12.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	21.289.971	6.849.250	174.038	26.927.847	8.266.141	63.507.247
Ativos fixos tangíveis	227.402.730	62.708.795	64.571	4.227.555	1.883.926	296.287.578
Propriedades de investimento	—	—	—	—	6.327.424	6.327.424
<i>Goodwill</i>	17.430.813	2.955.753	—	61.084.749	—	81.471.314
Ativos por impostos diferidos	—	—	—	—	87.255.087	87.255.087
Contas a receber	—	—	—	—	160.930.050	160.930.050
Crédito a clientes bancários	—	—	—	1.541.908.493	—	1.541.908.493
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	27.261.085	—	27.261.085
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	—	—	—	6.094.910	—	6.094.910
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	334.160.519	—	334.160.519
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	14.959.246	—	14.959.246
Outros ativos	14.891.188	17.690.710	34.608.628	6.739.026	12.627.597	86.557.151
Caixa e equivalentes de caixa	—	15.590.602	—	662.721.068	199.561.026	877.872.696
Ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	605.798	—	605.798
	281.014.703	105.795.111	34.847.237	2.686.690.296	476.851.252	3.585.198.598

Ativos (Euros)	30.09.2022					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	24.873.683	7.503.323	212.803	25.639.940	7.120.093	65.349.842
Ativos fixos tangíveis	205.590.487	78.344.979	10.341	5.172.604	1.402.830	290.521.242
Propriedades de investimento	—	—	—	—	6.168.452	6.168.452
Goodwill	16.216.237	2.955.753	—	61.084.749	—	80.256.739
Ativos por impostos diferidos	—	—	—	—	73.072.370	73.072.370
Contas a receber	—	—	—	—	159.073.340	159.073.340
Crédito a clientes bancários	—	—	—	1.722.796.947	—	1.722.796.947
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	51.777.971	—	51.777.971
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	—	—	—	2.313.239	—	2.313.239
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	581.916.050	—	581.916.050
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	529.911.632	—	529.911.632
Outros ativos	11.671.896	25.995.789	22.827.556	9.631.357	18.444.838	88.571.437
Caixa e equivalentes de caixa	—	25.890.915	—	91.311.557	192.646.431	309.848.902
Ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	277	—	277
	258.352.303	140.690.759	23.050.700	3.081.556.323	457.928.354	3.961.578.440

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

	31.12.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	10.687.971	3.967.727	125.669	3.897.385	—	18.678.753
Ativos fixos tangíveis	20.153.598	23.903.875	—	1.561.666	458.948	46.078.087
	30.841.569	27.871.602	125.669	5.459.051	458.948	64.756.839

	30.09.2022					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	5.529.028	3.057.136	124.210	3.264.143	—	11.974.518
Ativos fixos tangíveis	15.826.144	23.537.767	—	2.495.998	—	41.859.908
	21.355.172	26.594.903	124.210	5.760.141	—	53.834.427

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (7.120.093 Euros): O valor não alocado corresponde a parte dos ativos intangíveis em curso, os quais são alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- “Ativos fixos tangíveis” (1.402.830 Euros): Este valor corresponde a parte dos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que são alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;
- “Propriedades de investimento” (6.168.452 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (73.072.370 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 26 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (159.073.340 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (18.444.838 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, aos investimentos em associadas e aos investimentos em entidades conjuntamente controladas que não se encontram afetos à atividade operacional, razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento, bem como a algumas rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetos a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (192.646.431 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio, Serviços Financeiros & Retalho e Banco (negócio de pagamentos), não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	31.12.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	114.127.927	33.250.570	34.807	1.923.133	149.336.438
Financiamentos bancários	62.161.852	—	—	—	62.161.852
Passivos de locação	51.966.076	33.250.570	34.807	1.923.133	87.174.586
Financiamentos correntes	35.785.578	15.240.151	27.024	730.259	51.783.012
Financiamentos bancários	14.436.742	7.732.258	—	—	22.169.000
<i>Confirming</i>	—	1.500.152	—	—	1.500.152
Passivos de locação	21.348.836	6.007.741	27.024	730.259	28.113.860
	149.913.506	48.490.722	61.831	2.653.392	201.119.450

Outra informação (Euros)	30.09.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	79.287.087	45.318.583	17.928	2.958.543	127.582.140
Financiamentos bancários	40.883.920	—	—	—	40.883.920
Passivos de locação	38.403.167	45.318.583	17.928	2.958.543	86.698.220
Financiamentos correntes	38.208.679	15.354.428	23.664	880.209	54.466.980
Financiamentos bancários	21.474.235	7.763.978	—	—	29.238.213
Passivos de locação	16.734.444	7.590.450	23.664	880.209	25.228.767
	117.495.766	60.673.011	41.592	3.838.752	182.049.120

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.09.2021	30.09.2022
Rendimentos - Portugal	414.795	453.075
Rendimentos - outros países	133.691	126.230
	548.486	579.305

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 87.832 milhares de Euros.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.818	231.178.507	881.820.624
Aquisições	90.151	1.147.764	4.148.073	13.168	1.139.994	1.524.618	5.878.872	3.525.258	—	17.467.898
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	28.610.189	28.610.189
Alienações	(222.547)	(7.914.602)	(7.094.964)	(21.041)	(1.742)	—	—	—	—	(15.254.896)
Transferências e abates	275.780	7.653.725	2.551.680	—	(126.872)	(311.937)	(8.287.534)	—	(6.528.059)	(4.773.218)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	1.179.139	1.179.139
Regularizações	—	4.652	158.587	8.868	9.590	5.727	1.918	—	(558.663)	(369.322)
Remensurações prazos locação	—	—	—	—	—	—	—	—	600.570	600.570
Alterações no perímetro de consolidação	—	469.081	868.215	3.500	393.551	58.375	—	—	2.189.935	3.982.657
Saldo final	35.623.210	340.476.500	169.083.615	3.607.398	72.055.630	27.369.691	3.612.902	4.763.076	256.671.618	913.263.640
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.723.758	227.546.379	138.324.288	3.395.091	64.977.312	20.231.064	—	—	128.613.895	586.811.787
Depreciações do período	—	8.880.869	6.507.580	60.416	1.685.243	1.310.469	—	—	26.397.955	44.842.534
Alienações	(203.240)	(8.423.387)	(6.925.351)	(20.498)	(1.465)	—	—	—	—	(15.573.941)
Transferências e abates	42.108	1.588.052	7.155	—	(126.338)	(285.824)	—	—	(2.996.447)	(1.771.295)
Regularizações	—	1.640	79.391	4.395	7.848	5.347	—	—	—	98.621
Alterações no perímetro de consolidação	—	264.751	859.406	2.139	247.118	5.949	—	—	1.169.535	2.548.897
Saldo final	3.562.627	229.858.304	138.852.469	3.441.543	66.789.717	21.267.005	—	—	153.184.938	616.956.602
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Saldo final	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	32.060.584	110.618.196	30.231.146	165.855	5.265.913	6.083.227	3.612.902	4.763.076	103.486.680	296.287.578

30.09.2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.623.210	340.476.500	169.083.615	3.607.398	72.055.630	27.369.691	3.612.902	4.763.076	256.671.618	913.263.640
Aquisições	—	289.746	1.415.546	150.915	962.094	394.363	3.842.159	907.130	—	7.961.953
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	33.897.955	33.897.955
Alienações	—	(50.779)	(505.164)	—	(27.931)	—	—	—	—	(583.874)
Transferências e abates	—	931.427	6.353.508	—	(11.275)	(5.633)	(2.114.607)	(5.618.537)	(55.353.709)	(55.818.826)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	1.258.411	1.258.411
Regularizações	—	3.504	176.314	6.269	29.528	161.879	10.665	—	(4.193)	383.966
Saldo final	35.623.210	341.650.397	176.523.819	3.764.582	73.008.047	27.920.301	5.351.119	51.669	236.470.081	900.363.226
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.562.627	229.858.304	138.852.469	3.441.543	66.789.717	21.267.005	—	—	153.184.938	616.956.602
Depreciações do período	—	6.784.207	5.112.214	52.065	1.263.474	1.025.076	—	—	21.841.199	36.078.235
Alienações	—	(43.028)	(504.044)	—	(17.192)	—	—	—	—	(564.264)
Transferências e abates	—	(40.693)	(16.814)	—	(8.007)	(5.941)	—	—	(42.853.700)	(42.925.156)
Regularizações	—	1.607	84.411	4.554	6.256	4.120	—	—	179.494	280.443
Saldo final	3.562.627	236.560.396	143.528.235	3.498.162	68.034.250	22.290.259	—	—	132.351.930	609.825.859
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Outras variações	—	—	—	—	—	(3.335)	—	—	—	(3.335)
Saldo final	—	—	—	—	—	16.125	—	—	—	16.125
Ativos fixos tangíveis líquidos	32.060.584	105.090.002	32.995.583	266.420	4.973.798	5.613.917	5.351.119	51.669	104.118.151	290.521.242

As depreciações contabilizadas no montante de 36.078.235 Euros (33.587.953 Euros em 30 de setembro de 2021), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No período findo em 31 dezembro de 2021, a rubrica "Alterações no perímetro de consolidação" diz respeito aos saldos das empresas HCCM - Outsourcing Investment, S.A. e NewSpring Services, S.A. na data de aquisição.

Em 30 de setembro de 2022, os saldos das rubricas "Terrenos" e "Edifícios e outras construções", incluem 466.465 Euros (490.537 Euros em 31 de dezembro de 2021) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com a Empresa MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

De acordo com o contrato de concessão em vigor, no termo da concessão reverterem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), conclui que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e da CTT Expresso.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente ao upgrade de máquinas de tratamento de correio no valor de 79 mil Euros, à aquisição de diverso equipamento postal no valor de 103 mil Euros pela CTT Expresso e à aquisição de motociclos e viaturas de mercadorias num valor de 514 mil Euros pela CORRE.

O valor relativo a transferências respeita maioritariamente à entrada em funcionamento dos "sorters" da CTT Expresso no montante de 4.900 milhares de euros, bem como da máquina de tratamento de encomendas sujeitas a desalfandegamento ("*Tax Machine*") nos CTT, no montante de 688 milhares de euros.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de diverso equipamento microinformático no valor de 594 mil Euros e à aquisição de mobiliário no valor de 74 mil Euros, nos CTT, bem como à aquisição de diversos equipamentos microinformáticos no valor de 120 mil Euros e à aquisição de mobiliário no valor de 36 mil Euros na CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 201 mil Euros e à aquisição de equipamentos de climatização por um valor aproximado de 98 mil Euros nos CTT.

Ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de investimentos:

Na rubrica de aquisições de ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de investimentos estão, essencialmente, registadas as obras em curso nos CTT no valor de 1.126 mil euros, a “construção de *sorters*” por parte da CTT Expresso (Espanha) no valor de 2.595 mil euros e a aquisição de máquinas de tratamento no valor aproximado de 907 mil euros por parte da CTT Expresso.

Direitos de Uso

Os direitos de uso reconhecidos detalham-se como segue, por tipologia de bem subjacente:

	31.12.2021			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Novos Contratos	25.753.442	2.720.633	136.114	28.610.189
Transferências e abates	(5.941.969)	(586.090)	—	(6.528.059)
Remensurações	1.779.709	—	—	1.779.709
Regularizações	(557.788)	(876)	—	(558.663)
Alterações no perímetro de consolidação	2.096.605	93.330	—	2.189.935
Saldo final	221.150.166	33.910.310	1.611.141	256.671.618
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Depreciações do período	19.348.499	6.835.484	213.973	26.397.955
Transferências e abates	(2.614.116)	(382.331)	—	(2.996.447)
Alterações no perímetro de consolidação	1.117.563	51.971	—	1.169.535
Saldo final	135.142.142	17.015.249	1.027.547	153.184.938
Ativos fixos tangíveis líquidos	86.008.024	16.895.061	583.595	103.486.680

	30.09.2022			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	221.150.166	33.910.310	1.611.141	256.671.618
Novos Contratos	28.451.255	3.199.663	2.247.037	33.897.955
Transferências e abates	(55.423.011)	69.302	—	(55.353.709)
Remensurações	1.189.265	69.146	—	1.258.411
Regularizações	(6.273)	2.080	—	(4.193)
Saldo final	195.361.402	37.250.501	3.858.178	236.470.081
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	135.142.142	17.015.249	1.027.547	153.184.938
Depreciações do período	15.872.952	5.476.071	492.176	21.841.199
Transferências e abates	(42.754.479)	(99.221)	—	(42.853.700)
Regularizações	179.075	419	—	179.494
Saldo final	108.439.690	22.392.518	1.519.723	132.351.930
Ativos fixos tangíveis líquidos	86.921.713	14.857.983	2.338.456	104.118.151

As depreciações contabilizadas, no montante de 21.841.199 Euros (19.722.438 Euros em 30 de setembro de 2021), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A 31 de dezembro de 2021, os montantes respeitantes a "alterações no perímetro de consolidação" respeitam à incorporação da NewSpring Services e HCCM - Outsourcing Investment.

Com referência a 30 de setembro de 2022, a rubrica de transferências e abates respeita essencialmente ao desreconhecimento do direito de uso associado ao contrato de arrendamento do atual edifício sede CTT - Edifício Báltico, no âmbito da decisão de mudança de instalações da sede. O desreconhecimento correspondente a um valor bruto de 52.413 milhares de euros e amortizações acumuladas no montante de 40.990 milhares de euros tendo resultado num ganho de 3.424 milhares de euros reconhecido na rubrica "Ganhos/perdas com alienação de ativos". Adicionalmente foi reconhecido na mesma rubrica uma penalização contratual no montante de 2.018 milhares de euros (nota 3), correspondente a rendas vincendas até o final do período contratual. Por conseguinte, foi reconhecido na rubrica novos contratos, um montante de 4.373 milhares de Euros, respeitante ao contrato de arrendamento do novo edifício sede CTT – Green Park.

A informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 25), respetivamente.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de setembro de 2022, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis estão registados possa não ser recuperado.

Os ativos imobiliários dos CTT são compostos por duas carteiras com características diferentes:

1. Portefólio de Rendimento

Tal como divulgado em comunicado ao mercado no dia 19 de junho de 2022, os CTT encontram-se em negociações exclusivas com uma terceira parte com o objetivo de criação de um veículo especial para deter e gerir este portefólio que compreende essencialmente (1) os imóveis associados à rede de retalho dos CTT e (2) armazéns e centros de logística e distribuição da rede operacional dos CTT em Portugal.

A gestão deste Portefólio de Rendimento visa a exploração onerosa, interna e junto de terceiros, de imóveis que fazem parte da rede atual e futura dos CTT e que não têm, atualmente, oportunidades de promoção imobiliária relevantes.

2. Portefólio de Desenvolvimento

No que se refere ao Portefólio de Desenvolvimento, este compreende, entre outros, imóveis que podem vir a tornar-se num futuro próximo, não essenciais para as redes de logística dos CTT e que apresentam um potencial de desenvolvimento e promoção imobiliária em projetos específicos.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis totalizam a 30 de setembro de 2022, 353.568 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.2021					
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Aquisições	—	2.269.684	1.129.377	—	15.279.692	18.678.753
Alienações	—	(255.750)	—	—	—	(255.750)
Transferências e abates	—	12.620.694	(102.919)	—	(12.621.044)	(103.269)
Regularizações	—	—	85.168	—	—	85.168
Alterações no perímetro de consolidação	—	—	432.868	1.053.154	—	1.486.022
Saldo final	4.380.552	148.350.779	18.820.229	1.497.893	11.867.286	184.916.739
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	—	107.008.855
Amortizações do período	1.272	11.694.901	1.366.535	—	—	13.062.708
Transferências e abates	—	(59)	(102.919)	—	—	(102.978)
Regularizações	—	—	45.958	—	—	45.958
Alterações no perímetro de consolidação	—	—	281.178	1.053.154	—	1.334.332
Saldo final	4.379.539	102.371.559	13.099.884	1.497.893	—	121.348.875
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	—	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade do período	—	—	—	—	60.617	60.617
Saldo final	—	—	—	—	60.617	60.617
Ativos intangíveis líquidos	1.013	45.979.220	5.720.345	—	11.806.669	63.507.247

	30.09.2022					
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	148.350.779	18.820.229	1.497.893	11.867.286	184.916.739
Aquisições	—	1.944.134	357.793	—	9.672.592	11.974.518
Transferências e abates	—	9.343.279	(54.584)	(1.053.154)	(9.343.279)	(1.107.738)
Regularizações	—	—	64.151	—	(19.000)	45.151
Outros movimentos - PPA NewSpring Services	—	—	—	1.864.330	—	1.864.330
Saldo final	4.380.552	159.638.192	19.187.589	2.309.070	12.177.599	197.693.001
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.379.539	102.371.559	13.099.884	1.497.893	—	121.348.875
Amortizações do período	954	10.413.608	1.197.652	390.908	—	12.003.121
Transferências e abates	—	—	(54.514)	(1.053.154)	—	(1.107.668)
Regularizações	—	—	38.213	—	—	38.213
Saldo final	4.380.493	112.785.167	14.281.235	835.647	—	132.282.542
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	—	—	—	—	60.617	60.617
Saldo final	—	—	—	—	60.617	60.617
Ativos intangíveis líquidos	59	46.853.025	4.906.354	1.473.422	12.116.982	65.349.842

As amortizações do período findo em 30 de setembro de 2022, no montante de 12.033.121 Euros (9.566.476 Euros em 30 de setembro de 2021) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período findo em 31 dezembro de 2021, a rubrica “Alterações no perímetro de consolidação” diz respeito aos saldos das empresas HCCM - Outsourcing Investment, S.A. e NewSpring Services, S.A. à data da sua aquisição.

No período findo a 30 de setembro de 2022, a rubrica “Outros movimentos - PPA NewSpring Services” respeita ao portfolio de contratos de clientes adquirido como parte da operação de aquisição de ações da NewSpring Services, e apurado no âmbito do PPA (nota 7).

Na rubrica “Propriedade Industrial”, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada, sendo sujeita a testes de imparidade numa base mínima anual ou quando existam indícios de imparidade.

As transferências ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2022 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “Programas de computador” e “Ativos intangíveis em curso”, os valores de 1.186.512 Euros e 1.962.567 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte da CTT Expresso do software “Minerva / web clientes” no valor de 321 mil Euros, o software CRM no valor de 125 mil Euros, no software “Nova Arquitetura” no valor de 306 mil Euros e do software “Portal de Fornecedores” no valor de 368 mil Euros, bem como o software “Accipiens” num valor de 313 mil Euros na 321 Crédito.

O valor de transferências respeita essencialmente à entrada em funcionamento dos softwares CRM (847 mil euros), *Demimimis* (1.920 milhares de euros) e Área cliente (1.247 milhares de euros).

Propriedade Industrial:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT, de licenças “Storage and Backup” no valor de 80 mil Euros e licenças “Desk Management” no valor de 165 mil Euros.

Os ativos intangíveis em curso em 30 de setembro de 2022 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	30.09.2022
Solução OneBiller	854.287
Liquidação Centralizada Cobranças - software	680.691
SAP Hana & Hybris Billing	677.119
New Mobile App for Field Force	595.200
Lockers Tuga - Software	513.579
Ecossistema Clientes Expresso e Logistica	429.094
Canais Digitais - software	394.872
Área Cliente B2B	388.670
Demimimis	376.457
Data Ignition - Software	280.611
Mailmanager - software	271.852
App CTT	260.507
OnBoarding Digital	254.164
Multi application plataform - software	253.029
Área Cliente B2C	238.671
CRM - Software	225.556
	6.694.359

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2022.

O valor das despesas de pesquisa e desenvolvimento incorridas pelo Grupo no ano de 2021, no montante de 6.474.190 Euros foi divulgado na Nota 26.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis totalizam a 30 de setembro de 2022, 6.702.886 Euros.

6. Propriedades de investimento

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	31.12.2021		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Alienações	(26.832)	(126.599)	(153.431)
Transferências e abates	(275.780)	(1.925.784)	(2.201.564)
Saldo final	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	202.509	8.745.858	8.948.368
Depreciações do período	—	216.293	216.293
Alienações	(1.752)	(96.754)	(98.505)
Transferências e abates	(42.108)	(1.624.817)	(1.666.925)
Saldo final	158.649	7.240.580	7.399.229
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	450.308	450.308
Perdas por imparidade do período	—	(57.372)	(57.372)
Saldo final	—	392.936	392.936
Propriedades de investimento líquidas	2.730.773	3.596.652	6.327.424
	30.09.2022		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Saldo final	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	158.649	7.240.580	7.399.229
Depreciações do período	—	158.973	158.973
Saldo final	158.649	7.399.553	7.558.202
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	392.936	392.936
Saldo final	—	392.936	392.936
Propriedades de investimento líquidas	2.730.773	3.437.679	6.168.452

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2021 efetuadas por entidades independentes, ascende a 10.345.517 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Transferências e Abates no montante de 2.201.564 Euros respeita à transferência para ativos fixos tangíveis, assim como das respetivas depreciações acumuladas no montante de 1.666.925, de um conjunto de imóveis que passaram a estar afetos à atividade operacional do Grupo.

As depreciações no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, no montante de 158.973 Euros (170.906 Euros em 30 de setembro de 2021) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o montante de rendas cobradas pelo **Grupo** pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 29.407 Euros (30 de setembro de 2021: 22.608 Euros).

Em 31 de dezembro de 2021, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (57.372) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.09.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
<u>Empresa-mãe:</u>								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	—	—	—	—	—
<u>Subsidiárias:</u>								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo, Moçambique	50	—	50	50	—	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Fundo Inovação TechTree ("TechTree")	Portugal	Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa	60	40	100	60	40	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7º B 1050-083 Lisboa	—	100	100	—	100	100
HCCM - Outsourcing Investment, S.A. ("HCCM")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	—	—
NewSpring Services, S.A. ("NSS")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A. ("CTTI")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Open Lockers, S.A. ("Lock")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	26	41	66	—	66	66
MedSpring, S.A. ("Med")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	—	—	—	100	100

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 25 de janeiro de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A. subscreveram um aumento de capital social na subsidiária Banco CTT, S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 10.000.000 Euros dando origem à emissão de 10.000.000 de novas ações sem valor nominal,

ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social do Banco CTT, S.A. no valor de 286.400.000 Euros passou para 296.400.000 Euros.

Em 30 de agosto de 2021, foi adquirido a totalidade do capital da NewSpring Services, S.A. (“NewSpring Services”) e da sua holding HCCM - Outsourcing Investment, S.A. (“HCCM – Outsourcing Investment”), sociedades que atuam no mercado de Business Process Outsourcing (BPO) e Contact Center, pelo montante de 10.701.086 Euros, valor este totalmente satisfeito por liquidação financeira naquela data. Ver impacto da aquisição nas alterações no perímetro de consolidação infra.

A 22 de dezembro de 2021, foi constituída a entidade CTT IMO - sociedade imobiliária, S.A., para a compra, permuta, venda e arrendamento de bens imobiliários, e revenda dos bens adquiridos para esse fim.

A 30 de dezembro de 2021, foi constituída a sociedade Open Lockers, S.A. Esta sociedade resultou de um acordo de parceira entre os CTT e a YunExpress, unidade de negócios de logística da empresa chinesa Zongteng Group, que resultou na criação desta parceria que visa gerir o negócio de uma rede de cacifos para receber encomendas em Portugal e Espanha. Os CTT detêm uma participação maioritária de 66% na nova empresa e a YunExpress uma participação de 34%.

A 9 de março de 2022, foi constituída a sociedade MedSpring, S.A., detida pela NewSpring Services, cujo objeto social é a mediação de seguros na categoria de agente de seguros.

Com referência a 31 de março de 2022, os CTT - Correios de Portugal, S.A. e a CTT - Soluções Empresariais - S.A. procederam à alienação das suas participações financeiras na Open Lockers, S.A., de 25,5% e 15%, respetivamente, à CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., que passou a concentrar a participação do Grupo CTT na entidade. Desta forma, esta operação não resultou numa alteração da participação detida pelo Grupo.

Em 20 de abril de 2022, a CTT Expresso subscreveu um aumento de capital social na subsidiária Open Lockers, mediante a realização de uma entrada em espécie, no montante de 492.232 Euros. O aumento de capital foi subscrito na proporção da participação detida por cada um dos acionistas, CTT Expresso e Yun Express, e deu origem à emissão de 750.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada.

A 27 de junho de 2022, a sociedade HCCM - Outsourcing Investment, S.A. foi objeto de fusão por incorporação na sociedade CTT Soluções Empresariais, S.A., mediante a transferência global do património da sociedade incorporada para a sociedade incorporante, e subsequente extinção da sociedade incorporada. A presente operação de fusão insere-se no âmbito do processo de simplificação da estrutura empresarial do Grupo CTT. A fusão produziu efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Em 30 de junho de 2022, a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 396.000 Euros.

No âmbito de uma reorganização societária em curso no Grupo, no dia 8 de julho de 2022 o Conselho de Administração do Banco CTT aprovou a alienação da sua subsidiária Payshop Portugal, e os seus termos, aos CTT - Correios de Portugal, S.A., sendo que a sua concretização está ainda dependente da assinatura do contrato com o comprador e da não oposição do regulador, que se espera que venha a ocorrer no prazo de 1 ano. Por conseguinte, a 30 de setembro de 2022, ao nível das contas individuais e consolidadas do Banco CTT, os ativos e passivos da Payshop encontram-se classificados como ativos e passivos em descontinuação. Esta reclassificação não tem, no entanto, impacto ao nível das contas consolidadas do grupo CTT.

Em 29 de julho de 2022, a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 792.000 Euros.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.09.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	—	49	49	—	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	—	51	51	—	51
Wolfspring, ACE	Portugal	Urbanização do Passil, n.º 100-A 2890-852 Alcochete	—	50	50	—	50	50
MKTPlace - Comércio Eletrónico, S.A ("MKTP")	Portugal	Rua Eng.º Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	—	50	—	—	—

A entidade Mktplace – Comércio Eletrónico, S.A., uma parceria realizada com a Sonae – SGPS, S.A. em anos anteriores, corresponde a uma plataforma de comércio eletrónico que presta serviços integrados de intermediação de relações comerciais entre comerciantes e consumidores. Cada um dos acionistas, CTT e Sonae, detinham a 31 de dezembro de 2021, 50% do capital da referida entidade.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a entidade Wolfspring ACE passou a integrar as entidades conjuntamente controladas cujos interesses são detidos pelo Grupo. A participação nesta entidade é detida pela NewSpring Services (entidade que integrou o perímetro de consolidação em 2021) e resulta de uma parceria com a Reisswolf – Tratamento confidencial e reciclagem de dados e serviços, S.A. para a prestação de serviços na área de custódia e gestão de arquivos.

A 13 de janeiro de 2022, a participação na Mktplace - Comércio Eletrónico, S.A., (Dott), foi alienada à Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.. A alienação da participação no Dott, constituído como um catalisador de *e-commerce* com o objetivo de promover a digitalização das empresas e entrada no comércio eletrónico, surge no âmbito do reforço da parceria entre os CTT e Worten na área do comércio eletrónico. As duas empresas estão a trabalhar no aprofundamento da sua parceria a nível ibérico, em áreas como *instant delivery*, múltiplos fluxos de distribuição de encomendas de *e-commerce* e também logística, incluindo *fulfilment* para os *sellers* do *marketplace* da Worten, de forma a maximizar o crescimento dos respetivos negócios.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.09.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL ^(a)	Espanha	Castellon - Espanha	—	25	25	—	25	25
Urpacsur, SL ^(a)	Espanha	Málaga - Espanha	—	30	30	—	30	30

^(a) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

Denominação	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1	2017	Portugal	42,9 %	Integral
Ulisses Finance No.2	2021	Portugal	0,00040 %	Integral
Ulisses Finance No.3	2022	Portugal	0,00050 %	Integral
Chaves Funding No.8 (*)	2019	Portugal	100 %	Integral
Next Funding No.1 (*)	2021	Portugal	100 %	Integral

(1) *Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos e na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem a capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.*

Nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2021, foi incluída a entidade estruturada Next Funding No.1. Esta entidade resultou da parceria entre o Banco CTT e a Sonae Financial Services para o financiamento do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. Os ativos subjacentes da operação Next Funding No.1 foram consolidados e reconhecidos nas contas consolidadas por se considerar que o Banco CTT i) é responsável por todas as atividades relevantes inerentes à gestão dos ativos subjacentes, ii) tem exposição aos rendimentos variáveis e iii) tem a capacidade de afetar os seus retornos variáveis através do poder de gerir as atividades relevantes.

Ainda em 2021, o Grupo Banco CTT procedeu à emissão de uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito no montante de 250 milhões de Euros. Considerando o disposto na IFRS10 esta operação passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

A 1 de junho de 2022, o Grupo procedeu à emissão de uma nova operação de titularização de créditos denominada Ulisses Finance nº 3, realizada através da sua subsidiária 321 Crédito. Esta operação teve como objetivo financiar o crescimento da atividade do Banco CTT, otimizando o seu capital e diversificando as fontes de liquidez, através da titularização de 200 milhões de euros de créditos automóvel. Considerando o disposto na IFRS10 esta operação passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

	31.12.2021	30.09.2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.092.235	21.862.413
Ativos ao justo valor através de resultados (Derivados)	2.261.947	25.655.643
Ativos financeiros ao custo amortizado – Crédito a clientes (Nota 10)	298.716.076	344.079.833
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos) - nota 9	277.795.753	465.824.625

Alterações no perímetro de consolidação

A 31 de dezembro de 2021, as entidades estruturadas Next Funding No.1 e Ulisses Finance no.2, foram incluídas no perímetro de consolidação.

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o perímetro de consolidação foi alterado na sequência da aquisição da NewSpring Services, e da sua holding HCCM – Outsourcing Investment. No dia 16 de junho de 2021, os CTT através da sua subsidiária CTT Soluções Empresariais, S.A., celebrou um contrato de

compra da totalidade do capital social destas sociedades que atuam no mercado de *Business Process Outsourcing* (BPO) e *Contact Center*.

A aquisição foi concretizada a 30 de agosto de 2021 (data de *closing* da operação), por um preço fixo inicial de 7.000.000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados com a posição de Caixa Líquida e *Working Capital* das empresas adquiridas, cifrando-se o preço de aquisição em 10.701.086 Euros. Adicionalmente, foram acordados *earnouts* dependendo da atividade da sociedade ao longo dos 2 anos seguintes ao referido fecho, em função do cumprimento de objetivos pré-definidos para a *NewSpring Services*, incluindo *targets* de EBITDA.

O Grupo incorreu, em 2021, em gastos relacionados com a aquisição da *NewSpring Services* de 190.716 de Euros relacionados com a transação, nomeadamente assessoria financeira e custos legais. Estes gastos foram registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos de acordo com as IFRS:

O reconhecimento do Goodwill apurado na compra da HCCM - Outsourcing Investment e *NewSpring Services* demonstra-se como segue:

	Valor
Ativos adquiridos (HCCM)	5.887.230
Passivos adquiridos (HCCM)	50.992
Total dos ativos líquidos adquiridos (HCCM)	5.836.238
Ativos adquiridos (NSS)	9.875.561
Passivos adquiridos (NSS)	6.995.252
Total dos ativos líquidos adquiridos (NSS)	2.880.309
Total dos ativos líquidos (NSS) - Participação CTT-SE (*)	139.292
Ajustamentos de Justo valor:	
Ativos Intangíveis	1.864.330
Passivos por Impostos Diferidos	(522.013)
Justo valor dos Ativos Líquidos adquiridos (HCCM e NSS)	7.317.847
Componentes contingentes	4.500.000
Preço de aquisição	10.701.086
Goodwill	7.883.238

(*) Aquisição pela CTT-SE de 4,84% do capital da NSS, sendo os remanescentes 95,16% pertencentes à HCCM.

As componentes contingentes respeitam aos *earnouts* acima descritos, tendo sido o seu justo valor apurado com base na melhor estimativa à data do *closing* da operação, sujeita a reavaliação a cada data de reporte. Com referência a 30 de setembro de 2022, as componentes contingentes, no montante de 4.500.000 Euros, encontram-se já materializadas, não tendo sido apuradas divergências face à estimativa inicial.

O *goodwill* é atribuível principalmente às competências do capital humano da *NewSpring Services* e às sinergias que se espera obter com a integração da empresa nos negócios existentes do Grupo. Salienta-se que o Goodwill apurado foi totalmente alocado à Unidade Geradora de Caixa *NewSpring Services*, uma vez que a HCCM – Outsourcing investment tinha como única atividade a gestão da participação social nesta entidade.

Os métodos de mensuração do justo valor aplicados pelo Grupo detalham-se como segue:

- Ativos Intangíveis: Os ativos intangíveis correspondem ao portfolio de contratos de clientes adquirido como parte da operação de aquisição de ações da NewSpring Services. Estes contratos foram mensurados pelo justo valor à data da aquisição em conformidade com os requisitos das IFRS 3 e IFRS 13. O justo valor foi estimado como o valor dos fluxos financeiros futuros esperados descontados, referentes aos contratos adquiridos, considerando o prazo e o valor temporal dos mesmos.
- Passivos por impostos diferidos: O valor estimado para efeitos de PPA corresponde ao montante de impostos diferidos resultantes das diferenças entre o justo valor e o valor líquido contabilístico dos ativos intangíveis relacionados com contratos de clientes.

Os ativos adquiridos da HCCM – Outsourcing investment e NewSpring Services, à data de 30 de agosto de 2021, detalharam-se conforme segue:

HCCM – Outsourcing investment	Reconhecimento inicial
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	54.118
Goodwill	2.171.673
Ativos intangíveis	70
Investimentos em subsidiárias	2.736.914
Outros investimentos	4.121
Ativos não correntes	4.966.896
Ativos correntes	
Imposto a receber	7.498
Outros ativos correntes	1.091
Diferimentos	3.798
Caixa e equivalentes de caixa	907.947
Ativos não correntes	920.334
Ativos adquiridos (HCCM)	5.887.230

NewSpring Services	Reconhecimento inicial
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	1.337.688
Ativos intangíveis	151.620
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	54.045
Outros investimentos	221.726
Ativos não correntes	1.765.079
Ativos correntes	
Contas a receber	2.487.856
Outros ativos correntes	1.488.112
Diferimentos	126.647
Caixa e equivalentes de caixa	4.007.867
Ativos correntes	8.110.482
Ativos adquiridos (NSS)	9.875.561

O detalhe das contas a receber da NewSpring Services, à data de 30 de agosto de 2021, detalhava-se como segue:

Reconhecimento inicial	
Contas a receber - nacionais	2.487.856
Clientes Cobrança Duvidosa	51.648
Perdas por Imparidade Acumuladas	(51.648)
Total	2.487.856

O valor líquido contabilístico das contas a receber na data de aquisição corresponde a 2.487.856 Euros, não existindo no âmbito da IFRS 3, diferenças face ao seu justo valor.

A 22 de dezembro de 2021, foi constituída a entidade CTT IMO - sociedade imobiliária, S.A. e a 30 de dezembro de 2021 foi constituída a sociedade Open Lockers, S.A, que resultou de um acordo de parceria entre o Grupo e a YunExpress, em que o Grupo detém uma participação maioritária de 66% na nova empresa e a YunExpress uma participação de 34%.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, foi constituída a sociedade MedSpring, S.A. e criada a entidade estruturada Ulisses Finance no.3, que integraram o perímetro de consolidação.

8. Investimentos em títulos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Títulos de dívida” detalha-se como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	—	—
Obrigações de outros emissores	4.906.841	—
	4.906.841	—
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	295.098.611	434.333.045
Obrigações de outros emissores	—	—
Imparidade	(111.953)	(132.783)
	294.986.658	434.200.262
	299.893.499	434.200.262
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	849.374	87.181
Obrigações de outros emissores	338.695	2.226.058
	1.188.069	2.313.239
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	38.795.904	127.316.828
Obrigações de outros emissores	386.509	20.409.172
Imparidade	(8.552)	(10.212)
	39.173.861	147.715.788
	40.361.930	150.029.027
	340.255.429	584.229.290

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 3.194 Euros e de 459 Euros, respetivamente.

Durante o ano de 2021 foram realizadas vendas de títulos de dívida ao custo amortizado no valor de 204 milhões de Euros (valor nominal) que resultaram num ganho de 17.777 milhares de Euros. A 30 de setembro de 2022, o aumento nos títulos de dívida respeita, essencialmente, ao investimento em títulos de dívida portuguesa, espanhola, italiana e francesa.

Para os “Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral” as variações de justo valor encontram-se refletidas em outro rendimento integral.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, apresenta-se como segue:

	31.12.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	4.384	844.990	849.374	—	—	—	849.374
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	338.695	—	338.695	4.906.841	—	4.906.841	5.245.536
	343.079	844.990	1.188.069	4.906.841	—	4.906.841	6.094.910

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 3.194 Euros.

	30.09.2022						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	87.181	—	87.181	—	—	—	87.181
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	1.293	2.224.764	2.226.058	—	—	—	2.226.058
	88.475	2.224.764	2.313.239	—	—	—	2.313.239

(1) Com referência 30 de setembro de 2022 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 459 Euros.

	31.12.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	2.521.147	22.264.251	24.785.398	38.565.156	122.194.456	160.759.612	185.545.010
Estrangeiros	1.013.181	12.997.325	14.010.506	11.098.271	123.240.728	134.338.999	148.349.505
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	386.509	—	386.509	—	—	—	386.509
	3.920.837	35.261.576	39.182.413	49.663.427	245.435.184	295.098.611	334.281.023

	30.09.2022						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	26.115.500	—	26.115.500	37.604.666	181.531.448	219.136.114	245.251.614
Estrangeiros	1.373.228	99.828.100	101.201.328	13.047.749	202.149.182	215.196.931	316.398.259
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	20.409.172	—	20.409.172	—	—	—	20.409.172
	47.897.900	99.828.100	147.726.000	50.652.415	383.680.630	434.333.045	582.059.045

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	5.918	—	(5.019)	—	1.673	2.572
Ativos financeiros ao custo amortizado	175.486	32.617	(89.741)	—	(6.410)	111.952
	181.404	32.617	(94.760)	—	(4.737)	114.524
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.511	—	(1.215)	—	(1.673)	623
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.505	2.492	(6.855)	—	6.410	8.552
	10.016	2.492	(8.070)	—	4.737	9.175
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	—	(6.235)	—	—	3.194
Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	35.109	(96.595)	—	—	120.505
	191.420	35.109	(102.830)	—	—	123.699

	30.09.2022					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	2.572	—	—	—	(2.572)	—
Ativos financeiros ao custo amortizado	111.952	46.019	(25.136)	—	(54)	132.783
	114.524	46.019	(25.136)	—	(2.626)	132.783
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	623	97	(2.833)	—	2.572	459
Ativos financeiros ao custo amortizado	8.552	3.539	(1.933)	—	54	10.212
	9.175	3.637	(4.766)	—	2.626	10.671
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	97	(2.833)	—	—	459
Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	49.558	(27.069)	—	—	142.994
	123.699	49.656	(29.902)	—	—	143.453

A imparidade dos “Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral” encontra-se refletida em outro rendimento integral.

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, detalham-se como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>30.09.2022</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	9.429	3.194
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	—	97
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(4.090)	(2.661)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(2.145)	(172)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	459

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2021</u>	<u>30.09.2022</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	9.429	3.194
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(6.235)	(2.736)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	459

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, detalham-se como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>30.09.2022</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	181.991	120.505
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	35.109	34.441
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(78.141)	(10.916)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(18.455)	(1.034)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	142.994

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2021</u>	<u>30.09.2022</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	181.991	120.505
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(61.487)	22.490
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	142.994

De acordo com a política contabilística em vigor, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2021	30.09.2022
Ativo não corrente		
Empréstimos a instituições de crédito	5.239.419	2.013.581
Imparidade	(1.709)	(575)
	5.237.710	2.013.006
Ativo corrente		
Aplicações em bancos centrais	—	516.810.767
Aplicações em instituições de crédito	2.350.000	4.700.000
Empréstimos a instituições de crédito	6.185.069	4.808.166
Imparidade	(2.197)	(2.473)
Outros	2.988.970	3.411.069
Imparidade	(1.800.306)	(1.828.903)
	9.721.536	527.898.626
	14.959.246	529.911.632
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	277.760.616	465.625.135
	277.760.616	465.625.135
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	35.137	199.490
Outros	26.987.725	41.286.487
	27.022.862	41.485.976
	304.783.478	507.111.112

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Até 3 meses	2.337.172	519.343.398
De 3 a 12 meses	6.197.897	6.975.535
De 1 a 3 anos	5.239.419	2.013.581
	13.774.489	528.332.514

A rubrica Aplicações em instituições de crédito apresentou no período uma rentabilidade média anual de 1,361% (31 de dezembro de 2021: 1,191%).

O montante de 516.810.767 Euros registado em aplicações em bancos centrais corresponde a depósitos *overnight* junto do Banco de Portugal remunerados à taxa de 0,75%.

Com referência a 30 de setembro de 2022, a rubrica da demonstração dos fluxos de caixa “Recebimentos de outros ativos financeiros bancários”, das atividades de investimento, apresentou um montante de 5.991.731.500 Euros (30 de setembro de 2021: 24.185.000 Euros), sofrendo um forte incremento face ao período homólogo. Da mesma forma, a rubrica de “Pagamentos de outros ativos financeiros bancários” apresentou um montante de (6.506.286.500) Euros (30 de setembro de 2021: (800.000) Euros). A variação face ao período homólogo das duas rubricas é essencialmente explicada pelo facto do Banco CTT, em setembro, ter começado a realizar aplicações *overnight* junto do Banco de Portugal.

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, detalham-se como segue:

31.12.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.712	555	(10.964)	—	8.406	1.709
	3.712	555	(10.964)	—	8.406	1.709
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	23.980	713	(14.090)	—	(8.406)	2.197
Outros	3.238.971	30.268	(22.533)	(1.446.399)	—	1.800.307
	3.262.951	30.981	(36.623)	(1.446.399)	(8.406)	1.802.504
	3.266.663	31.536	(47.587)	(1.446.399)	—	1.804.213

30.09.2022						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	1.709	343	(505)	—	(973)	575
	1.709	343	(505)	—	(973)	575
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	2.197	1.475	(2.172)	—	973	2.473
Outros	1.800.306	44.886	(2.363)	(13.927)	—	1.828.903
	1.802.504	46.361	(4.534)	(13.927)	973	1.831.376
	1.804.213	46.704	(5.039)	(13.927)	—	1.831.950

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	27.692	3.906
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.261	1.818
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1.067)	(1.791)
Ativos financeiros desconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(23.980)	(885)
Imparidade	3.906	3.048

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021	30.09.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	27.692	3.906
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(23.786)	(858)
Imparidade	3.906	3.048

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Securizações	277.795.753	465.824.625
	277.795.753	465.824.625

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2021					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	10.421.009	10.424.113
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.001.507
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.106.617
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 bps	203.700.000	205.737.929
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 bps	10.000.000	9.986.657
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 bps	20.000.000	19.976.063
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 bps	11.300.000	11.290.713
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 bps	3.700.000	3.697.727
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 bps	1.300.000	1.299.790
Ulisses Finance No.2 – Class G	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 500 bps	1.275.000	1.274.637
				275.796.009	277.795.753

Denominação	30.09.2022		Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
	Data de emissão	Data de reembolso			
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	6.989.725	6.993.146
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.108.140
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 bps	203.700.000	205.315.355
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 bps	10.000.000	9.992.523
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 bps	20.000.000	19.987.490
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 bps	11.300.000	11.296.699
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 bps	3.700.000	3.699.601
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 bps	1.300.000	1.300.383
Ulisses Finance No.2 – Class G	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 500 bps	600.000	600.111
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 bps	168.000.000	167.664.507
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 bps	8.000.000	7.805.373
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 bps	12.000.000	11.705.098
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 bps	6.000.000	5.627.073
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 bps	5.000.000	4.729.879
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 bps	1.000.000	960.965
Ulisses Finance No.3 - Class G	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 785 bps	1.050.000	1.038.282
				465.739.725	465.824.625

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

Denominação	31.12.2021				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	44.517.924	—	(19.980.815)	(4.872)	24.532.237
Ulisses Finance No.2	—	251.500.000	(225.000)	1.988.517	253.263.517
	44.517.924	251.500.000	(20.205.815)	1.983.644	277.795.753

No período findo a 31 de dezembro de 2021, os movimentos registados em “Emissões” respeitam a uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito. A rubrica “outros movimentos” inclui um montante de 2.314.824 Euros relativo ao prémio de emissão da Note Class A e um montante de 350.486 Euros de despesas de montagem ao custo amortizado da Ulisses Finance No.2.

30.09.2022

Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	24.532.237	—	(10.431.284)	334	14.101.286
Ulisses Finance No.2	253.263.517	—	(675.000)	(396.354)	252.192.163
Ulisses Finance No.3	—	201.500.000	(2.249.000)	280.176	199.531.176
	277.795.753	201.500.000	(13.355.284)	(115.844)	465.824.625

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2022, os movimentos registados em “Emissões” respeitam à emissão de uma nova operação de titularização de créditos denominada Ulisses Finance nº 3, realizada através da 321 Crédito.

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

31.12.2021

	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	35.137	—	35.137	—	277.760.616	277.760.616	277.795.753
	35.137	—	35.137	—	277.760.616	277.760.616	277.795.753

30.09.2022

	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	199.490	—	199.490	—	465.625.135	465.625.135	465.824.625
	199.490	—	199.490	—	465.625.135	465.625.135	465.824.625

Titularização de Ativos

Ulisses Finance No.1

Esta operação de titularização foi originada em julho de 2017 e emitida pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.1 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração dos bancos Citibank e Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A estrutura da Operação inclui cinco Tranches de A a E. As Tranches A a C estão dispersas no mercado e as Tranches D e E foram retidas. Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, as Tranches A, B e C.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Sagres – STC, S.A.).

O Grupo garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efetivação do respetivo depósito para a sociedade de titularização de créditos.

Os ativos subjacentes das operações Ulisses Finance No.1 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Chaves Funding No.8

Esta operação de titularização privada foi emitida em novembro de 2019 pela Tagus, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do banco Deutsche Bank, A estrutura da Operação inclui uma Tranche A e uma Tranche B nas notas emitidas, sendo ambas detidas na totalidade pelo Grupo.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as Notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

Os ativos subjacentes da operação Chaves Funding No.8 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.2

Esta operação de titularização foi criada em setembro de 2021 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.2 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 250.000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da class Z, cujo valor inicial era 1,5 milhões de euros e que apresenta a 30 de setembro de 2022 um valor de 1.000 euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.2 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (significant risk transfer).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.2 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approched*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.2 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Next Funding No.1

A operação Next Funding No.1, emitida pela Tagus – STC, S.A. em abril de 2021 e em que o Banco CTT é investidor único, tem como ativo subjacente os saldos dos cartões de crédito originados pelo cartão de crédito Universo emitido pela Sonae Financial Services. Adicionalmente, o Banco CTT concede à operação uma linha de descoberto (*Liquidity Facility*) com o propósito único de adquirir *receivables* (saldos de cartões de crédito) entre as datas de pagamento de juros. A cada data de pagamento de juros (IPD) o saldo da *Liquidity Facility* será liquidado pela conversão no valor da nota.

Nas contas consolidadas, atentas as condições previstas na IFRS 10 (*Consolidated Financial Statements*), a operação de titularização é consolidada, na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

Ulisses Finance No.3

Esta operação de titularização foi criada em junho de 2022 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.3 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 200.000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da Operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class Z*, cujo valor inicial era 1,8 milhões de euros.

Esta operação obteve notações de rating pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.3 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.3 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approched*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weigth Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um swap de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.3 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica Outros passivos correntes regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira, bem como o passivo associado ao justo valor de um derivado de SWAP de taxa de juro.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.09.2022
Crédito vivo	1.560.653.792	1.752.710.627
Crédito hipotecário	595.419.629	644.369.987
Crédito automóvel	660.982.844	746.537.781
Cartões de crédito	297.943.534	357.211.665
Locação financeira	4.975.252	3.530.316
Descobertos em depósitos à ordem	1.332.534	1.060.878
Crédito vencido	12.345.092	17.898.284
Crédito vencido - menos de 90 dias	1.165.016	2.326.983
Crédito vencido - mais de 90 dias	11.180.076	15.571.301
	1.572.998.883	1.770.608.910
Imparidade para riscos de crédito	(31.090.390)	(47.811.963)
	1.541.908.493	1.722.796.947

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, apresenta-se como segue:

	31.12.2021								
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	4.529.387	13.058.049	—	17.587.436	35.360.412	542.471.779	577.832.191	595.419.626
Crédito automóvel	—	27.206.248	73.256.613	9.611.208	110.074.069	188.259.391	372.260.592	560.519.983	670.594.052
Cartões de crédito	—	297.943.534	—	772.542	298.716.076	—	—	—	298.716.076
Locação financeira	—	460.233	1.281.167	76.935	1.818.335	2.717.445	516.407	3.233.852	5.052.187
Descobertos em depósitos à ordem	1.332.534	—	—	1.278.857	2.611.391	—	—	—	2.611.391
Outros créditos	—	—	—	605.550	605.550	—	—	—	605.550
	1.332.534	330.139.402	87.595.829	12.345.092	431.412.857	226.337.248	915.248.778	1.141.586.026	1.572.998.883

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica Cartões de crédito representa a carteira de cartões de crédito adquirida no âmbito da Parceria Universo com a Sonae Financial Services. Esta carteira foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Grupo na medida em que o Grupo é investidor único na operação de titularização Next Funding No.1 e, portanto, atentas as condições previstas na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, a operação de titularização é consolidada.

	30.09.2022								
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	4.741.205	13.186.657	9.100	17.936.962	36.276.839	590.165.286	626.442.125	644.379.086
Crédito automóvel	—	30.727.715	82.738.652	13.016.686	126.483.053	212.626.923	420.444.491	633.071.414	759.554.467
Cartões de crédito	—	357.211.665	—	3.244.457	360.456.122	—	—	—	360.456.122
Locação financeira	—	326.570	909.084	125.163	1.360.818	1.928.232	366.430	2.294.663	3.655.480
Descobertos em depósitos à ordem	1.060.878	—	—	1.502.877	2.563.755	—	—	—	2.563.755
	1.060.878	393.007.154	96.834.393	17.898.284	508.800.709	250.831.994	1.010.976.207	1.261.808.201	1.770.608.910

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Taxa fixa	926.351.787	1.079.277.581
Taxa variável	646.647.096	691.331.329
	1.572.998.883	1.770.608.910
Imparidade para riscos de crédito	(31.090.390)	(47.811.963)
	1.541.908.493	1.722.796.947

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, por tipo de colateral é apresentada como segue:

	31.12.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	600.433.555	1.510.327	601.943.882	(2.409.164)	599.534.718
Crédito com outras garantias	645.072.323	4.775.730	649.848.053	(17.150.161)	632.697.892
Crédito sem garantias	315.147.914	6.059.034	321.206.948	(11.531.064)	309.675.884
	1.560.653.792	12.345.092	1.572.998.883	(31.090.390)	1.541.908.493

	30.09.2022				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	647.921.636	45.860	647.967.496	(1.045.072)	646.922.423
Crédito com outras garantias	728.571.251	5.930.359	734.501.610	(22.978.192)	711.523.418
Crédito sem garantias	376.217.740	11.922.065	388.139.805	(23.788.699)	364.351.105
	1.752.710.627	17.898.284	1.770.608.910	(47.811.963)	1.722.796.947

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, é analisada como segue:

31.12.2021

	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	595.419.629	—	595.419.629	(596.281)	594.823.348
Crédito automóvel	660.982.844	9.611.208	670.594.052	(22.024.094)	648.569.958
Cartões de crédito	297.943.534	772.542	298.716.076	(6.617.578)	292.098.498
Locação financeira	4.975.252	76.935	5.052.186	(98.307)	4.953.880
Descobertos em depósitos à ordem	1.332.534	1.278.857	2.611.391	(1.148.581)	1.462.810
Outros créditos	—	605.550	605.550	(605.550)	—
	1.560.653.792	12.345.092	1.572.998.883	(31.090.390)	1.541.908.493

30.09.2022

	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	644.369.987	9.100	644.379.086	(921.728)	643.457.358
Crédito automóvel	746.537.781	13.016.686	759.554.467	(29.275.577)	730.278.890
Cartões de crédito	357.211.665	3.244.457	360.456.122	(16.376.289)	344.079.833
Locação financeira	3.530.316	125.163	3.655.479	(68.654)	3.586.826
Descobertos em depósitos à ordem	1.060.878	1.502.877	2.563.755	(1.169.715)	1.394.040
	1.752.710.627	17.898.284	1.770.608.910	(47.811.963)	1.722.796.947

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, apresenta-se como segue:

31.12.2021

	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas	56.009.899	1.584.427	57.594.325	(2.227.312)	55.367.014
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	4.233.937	38.988	4.272.925	(131.975)	4.140.950
Indústrias extrativas	694.899	211	695.109	(4.777)	690.333
Indústrias transformadora	6.007.208	137.158	6.144.366	(173.610)	5.970.756
Água	123.735	—	123.735	(230)	123.506
Construção	9.894.287	300.665	10.194.952	(386.725)	9.808.227
Comércio por grosso e a retalho	10.126.222	428.000	10.554.222	(530.948)	10.023.274
Transportes e armazenamento	4.168.460	87.594	4.256.054	(115.008)	4.141.046
Restaurantes e hotéis	4.182.495	90.792	4.273.288	(146.261)	4.127.027
Informação e comunicação	644.625	421	645.046	(4.991)	640.054
Setor financeiro e segurador	307.998	2.231	310.229	(3.766)	306.463
Atividades imobiliárias	1.706.577	2.052	1.708.628	(21.028)	1.687.600
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.657.181	8.011	1.665.192	(45.590)	1.619.602
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.471.167	329.223	3.800.390	(379.908)	3.420.482
Educação	721.135	575	721.711	(9.691)	712.019
Serviços de saúde e assistência social	1.305.341	14.931	1.320.271	(23.464)	1.296.808
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	897.261	73.013	970.274	(65.933)	904.342
Outros serviços	5.867.371	70.562	5.937.933	(183.407)	5.754.525
Particulares	1.504.643.890	10.760.664	1.515.404.554	(28.863.077)	1.486.541.477
Hipotecário	595.515.589	—	595.515.589	(598.198)	594.917.391
Consumo	909.128.301	10.760.664	919.888.965	(28.264.879)	891.624.086
	1.560.653.792	12.345.092	1.572.998.883	(31.090.390)	1.541.908.493

	30.09.2022				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas	65.941.756	1.466.185	67.407.944	(2.307.954)	65.099.989
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	6.869.607	101.003	6.970.610	(213.446)	6.757.164
Indústrias extrativas	1.165.280	890	1.166.170	(15.255)	1.150.915
Indústrias transformadora	6.214.326	155.113	6.369.439	(185.480)	6.183.958
Água	91.089	—	91.089	(159)	90.930
Construção	11.532.636	409.592	11.942.228	(533.848)	11.408.380
Comércio por grosso e a retalho	10.359.701	160.455	10.520.157	(253.092)	10.267.065
Transportes e armazenamento	6.015.401	201.986	6.217.387	(218.129)	5.999.258
Restaurantes e hotéis	4.895.776	103.948	4.999.723	(220.246)	4.779.478
Informação e comunicação	699.148	744	699.892	(4.431)	695.461
Setor financeiro e segurador	246.204	5.144	251.348	(14.198)	237.150
Atividades imobiliárias	1.567.581	5.982	1.573.564	(44.639)	1.528.925
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.889.255	21.387	1.910.642	(66.246)	1.844.396
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.693.307	87.437	3.780.744	(159.970)	3.620.774
Administração pública, Defesa e Segurança Social	16.383	—	16.383	(67)	16.316
Educação	737.453	2.591	740.045	(13.181)	726.864
Serviços de saúde e assistência social	1.342.118	15.895	1.358.014	(29.730)	1.328.283
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	989.524	96.992	1.086.516	(86.918)	999.598
Outros serviços	7.616.967	97.026	7.713.993	(248.919)	7.465.074
Particulares	1.686.768.868	16.432.099	1.703.200.968	(45.504.012)	1.657.696.955
Hipotecário	644.460.934	9.100	644.470.034	(923.399)	643.546.635
Consumo	1.042.307.934	16.422.999	1.058.730.934	(44.580.613)	1.014.150.320
	1.752.710.627	17.898.284	1.770.608.910	(47.811.963)	1.722.796.947

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Stage 1	1.428.289.210	1.616.847.121
Valor Bruto	1.434.762.828	1.623.333.439
Imparidade	(6.473.618)	(6.486.318)
Stage 2	82.564.071	72.094.213
Valor Bruto	87.166.648	77.654.442
Imparidade	(4.602.577)	(5.560.229)
Stage 3	31.055.213	33.855.612
Valor Bruto	51.069.407	69.621.029
Imparidade	(20.014.194)	(35.765.417)
	1.541.908.493	1.722.796.947

A rubrica “Crédito a clientes” inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de titularização e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2021	30.09.2022
Valor dos pagamentos mínimos futuros	5.352.218	3.898.216
Juros ainda não devidos	(376.966)	(367.900)
Valor presente	4.975.252	3.530.316

	31.12.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	3.754.079	2.937.210	2.506.799	9.198.088
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1.623.295)	(369.984)	8.187.354	6.194.075
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(407.088)	(154.824)	(696.251)	(1.258.163)
<i>Write-offs</i>	—	—	(685.180)	(685.180)
Transferências para:				
Stage 1	1.011.657	(360.513)	(651.144)	—
Stage 2	(203.586)	1.686.749	(1.483.163)	—
Stage 3	(164.668)	(1.481.613)	1.646.281	—
Variações cambiais e outros movimentos	(55.226)	120.976	910.736	976.486
Imparidade	6.473.618	4.602.577	20.014.195	31.090.390
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	1.462.841	1.462.841

As variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco verificadas no período findo a 31 de dezembro de 2021 devem-se fundamentalmente à entrada em vigor da nova definição de *Default* da EBA.

	30.09.2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	6.473.618	4.602.577	20.014.195	31.090.390
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.387.392	850.269	1.227.898	3.465.559
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(2.917.820)	1.788.262	18.386.018	17.256.460
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	(291.633)	(110.917)	(3.145.812)	(3.548.362)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(43.844)	(5.474)	(21.263)	(70.581)
<i>Write-offs</i>	—	—	(633.447)	(633.447)
Alterações no modelo e metodologias	—	—	—	—
Transferências para:				
Stage 1	2.392.463	(1.330.889)	(1.061.574)	—
Stage 2	(381.723)	1.554.614	(1.172.891)	—
Stage 3	(146.873)	(1.724.125)	1.870.998	—
Variações cambiais e outros movimentos	14.738	(64.089)	301.295	251.944
Imparidade	6.486.318	5.560.229	35.765.417	47.811.963
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	1.311.550	1.311.550

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.723.696	2.412.403	9.997.902	14.134.001
Transferências de Stage (líquidas)	643.403	(155.377)	(488.026)	—
<i>Write-offs</i>	—	—	(685.180)	(685.180)
Variações cambiais e outros movimentos	(55.226)	120.976	910.736	976.486
Imparidade	6.473.619	4.602.577	20.014.194	31.090.390

	30.09.2022			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo inicial	6.473.619	4.602.577	20.014.195	31.090.390
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(1.865.906)	2.522.140	16.446.841	17.103.076
Transferências de Stage (líquidas)	1.863.867	(1.500.399)	(363.467)	—
Write-offs	—	—	(633.447)	(633.447)
Variações cambiais e outros movimentos	14.738	(64.089)	301.295	251.944
Imparidade	6.486.318	5.560.229	35.765.417	47.811.963

Análise de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

O Grupo considera que os parâmetros assumidos mais sensíveis, por serem baseados em *benchmarks*, dependentes de opções metodológicas ou por serem mais suscetíveis a alterações de ciclo económico, são a Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) para a generalidade das carteiras e a Perda dado o incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) para o caso do cartão de crédito.

Neste contexto, foi realizada uma análise de sensibilidade que pretendeu apurar qual seria a imparidade da carteira global caso aqueles parâmetros sofressem uma deterioração relativa de 10%, tendo-se concluído que o aumento na imparidade seria de 2.103 milhares de euros, correspondentes a cerca de 4%.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.09.2022
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.469.876	1.465.613
Subsídios de Refeição	1.402.305	1.374.514
Outros	5.853.753	8.471.464
	8.725.934	11.311.591
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	272.088	263.687
	272.088	263.687
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.360.862	1.232.998
Outros	2.080.178	2.237.005
	3.452.240	3.481.204
	3.724.328	3.744.891

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros, bem como das despesas de montagem das operações de securitização Ulisses 2 e Ulisses 3.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 755.605 Euros (151.948 Euros em 31 de dezembro de 2021), cujo rédito é expectável ser reconhecido no mês de outubro de 2022 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2022, e a objetos faturados e não entregues a 30 de setembro de 2022 do segmento expresso, no valor 477.393 Euros (1.208.914 Euros em 31 de dezembro de 2021), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido no período, incluído no saldo dos passivos resultantes do contrato no início do período ascendeu a 1.360.862 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Numerário	95.963.001	88.404.519
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	86.975.064	76.336.274
Disponibilidades em Bancos Centrais	593.160.283	6.480.368
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34.251.584	52.453.266
Depósitos a prazo	67.522.764	86.174.475
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	877.872.696	309.848.902
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(19.937.800)	—
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(1.002.263)	(11.176.687)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	24.913	5.573
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	856.957.546	298.677.789

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% do montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. A 30 de setembro de 2022 a média diária da disponibilidade mínima obrigatória para o período em vigor era de 23.015.600 Euros.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de setembro de 2022, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 6.480.368 Euros (31 de dezembro de 2021: 593.160.283 Euros). O decréscimo face ao período anterior respeita à constituição de operações *overnight* no Banco de Portugal, que se encontra registada na rubrica de outros ativos financeiros bancários (Nota 9).

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13), foi como segue:

	31.12.2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	11.433	(4.028)	—	24.913
	17.510	11.433	(4.028)	—	24.913

	30.09.2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	24.913	48	(19.389)	—	5.573
	24.913	48	(19.389)	—	5.573

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 30 de setembro de 2022 no montante de (19.341) Euros ((2.625) Euros em 30 de setembro de 2021) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

	31.12.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	19.460	—	—	—	—	—	—	19.460
Propriedades de investimento	450.308	—	(57.372)	—	—	—	—	392.936
Ativos intangíveis	—	60.617	—	—	—	—	—	60.617
	469.768	60.617	(57.372)	—	—	—	—	473.013
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	5.918	—	(5.019)	—	1.673	—	—	2.572
Investimento em títulos ao custo amortizado	175.485	32.617	(89.741)	—	(6.410)	—	—	111.953
Outros ativos não correntes	2.538.985	—	—	—	210.025	—	—	2.749.010
Crédito a clientes bancários	11.245.242	14.707.276	(7.614.585)	(343.835)	(2.967.630)	—	575.237	15.601.705
Outros ativos financeiros bancários	3.712	555	(10.964)	—	8.406	—	—	1.709
	13.969.341	14.740.448	(7.720.309)	(343.835)	(2.753.935)	—	575.237	18.466.949
	14.439.109	14.801.065	(7.777.681)	(343.835)	(2.753.935)	—	575.237	18.939.962
Ativos correntes								
Contas a receber	39.633.843	4.209.818	(2.588.327)	(1.423.383)	—	51.648	—	39.883.599
Crédito a clientes bancários	5.419.841	14.600.735	(7.559.425)	(341.345)	2.797.807	—	571.071	15.488.685
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	3.511	—	(1.215)	—	(1.673)	—	—	623
Investimento em títulos ao custo amortizado	6.505	2.492	(6.855)	—	6.410	—	—	8.551
Outros ativos correntes	10.052.551	995.992	(267.494)	(245.159)	(210.024)	—	—	10.325.865
Outros ativos financeiros bancários	3.262.951	30.981	(36.623)	(1.446.399)	(8.406)	—	—	1.802.504
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	11.433	(4.028)	—	—	—	—	24.913
	58.396.711	19.851.451	(10.463.967)	(3.456.286)	2.584.113	51.648	571.071	67.534.740
Ativos não correntes detidos para venda	282.778	14.234	(132.572)	—	—	—	—	164.441
	282.778	14.234	(132.572)	—	—	—	—	164.441
Mercadorias	2.525.086	680.033	(743)	(72.971)	—	—	—	3.131.405
Matérias-primas, sub. e de consumo	847.331	128.297	(8.329)	(99.631)	—	—	—	867.668
	3.372.417	808.331	(9.072)	(172.602)	—	—	—	3.999.073
	62.051.906	20.674.015	(10.605.611)	(3.628.888)	2.584.113	51.648	571.071	71.698.254
	76.491.016	35.475.081	(18.383.292)	(3.972.723)	(169.822)	51.648	1.146.308	90.638.217

Em abril de 2021, o Banco CTT e a Sonae Financial Services iniciaram uma nova parceria no crédito ao consumo através do financiamento do crédito do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. A 31 de dezembro de 2021, a carteira de cartões de crédito apresentava um valor de 298.716.076 Euros e um reforço de imparidade de 6.617.578 Euros, o que justifica o aumento dos reforços de imparidade no ano de 2021.

	30.09.2022						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	19.460	—	(3.335)	—	—	—	16.125
Propriedades de investimento	392.936	—	—	—	—	—	392.936
Ativos intangíveis	60.617	—	—	—	—	—	60.617
	473.013	—	(3.335)	—	—	—	469.679
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	2.572	—	—	—	(2.572)	—	—
Investimento em títulos ao custo amortizado	111.952	46.019	(25.136)	—	(54)	—	132.783
Outros ativos não correntes	2.749.010	—	—	—	117.575	—	2.866.585
Crédito a clientes bancários	15.601.705	12.742.281	(5.844.122)	(255.487)	(3.062.063)	101.616	19.283.930
Outros ativos financeiros bancários	1.709	343	(505)	—	(973)	—	575
	18.466.949	12.788.643	(5.869.762)	(255.487)	(2.948.087)	101.616	22.283.872
	18.939.962	12.788.643	(5.873.097)	(255.487)	(2.948.087)	101.616	22.753.550
Ativos correntes							
Contas a receber	39.883.599	3.502.073	(1.537.575)	(531.675)	—	5.112	41.321.535
Crédito a clientes bancários	15.488.685	18.850.525	(8.645.609)	(377.960)	3.062.063	150.328	28.528.033
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	623	97	(2.833)	—	2.572	—	459
Investimento em títulos ao custo amortizado	8.552	3.539	(1.933)	—	54	—	10.212
Outros ativos correntes	10.325.865	969.355	(299.370)	(94.572)	(117.575)	—	10.783.703
Outros ativos financeiros bancários	1.802.504	46.361	(4.534)	(13.927)	973	—	1.831.376
Depósitos e aplicações bancárias	24.913	48	(19.389)	—	—	—	5.573
	67.534.741	23.372.000	(10.511.242)	(1.018.133)	2.948.086	155.440	82.480.892
Ativos não correntes detidos para venda	164.441	8.236	(172.038)	—	—	—	638
	164.441	8.236	(172.038)	—	—	—	638
Mercadorias	3.131.405	—	(67.437)	(172.098)	—	—	2.891.870
Matérias-primas, sub. e de consumo	867.668	—	(11.791)	—	—	—	855.877
	3.999.073	—	(79.228)	(172.098)	—	—	3.747.748
	71.698.254	23.380.236	(10.762.508)	(1.190.231)	2.948.086	155.440	86.229.277
	90.638.216	36.168.879	(16.635.605)	(1.445.718)	—	257.056	108.982.826

Os montantes classificados em “Outros movimentos”, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, respeitam a movimentos decorrentes dos ajustamentos aos créditos POCI (*Purchase or Originated Credit Impaired*) no âmbito da aquisição da 321 Crédito em 1 de maio de 2019, de acordo com a IFRS 3 - *Business Combinations*.

14. Capital

Em 30 de setembro de 2022 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, conforme informação reportada, resumem-se como segue:

31.12.2021

Acionistas	N.º Ações	% Capital	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾ Total	19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾ Total	15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	10.025.000	6,683%	5.012.500
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾ Total	10.025.000	6,683%	5.012.500
Green Frog Investments Inc. Total	7.730.000	5,153%	3.865.000
Norges Bank Total	3.105.287	2,070%	1.552.644
Bestinver Gestión S.A. SGIIC ⁽⁴⁾ Total	3.024.366	2,016%	1.512.183
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁵⁾ Total	1.500.001	1,000%	750.001
Restantes acionistas Total	89.874.140	59,916%	44.937.070
TOTAL	150.000.000	100,000%	75.000.000

(1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

(2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

(3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome da GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.

(4) A Bestinver Gestión S.A. SGIIC é uma sociedade espanhola de gestão de fundos. Como tal, exerce os direitos de voto inerentes às ações que são propriedade das instituições de investimento que gere e representa. Além disso, foi outorgada à Bestinver Gestión, S.A. SGIIC uma procuração para o exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos fundos de pensões geridos pela Bestinver Pensiones EGFP, S.A.

(5) Ações detidas pelos CTT na sequência da conclusão, em 22 de junho de 2021, da negociação no quadro do Programa de Recompra de ações próprias da Sociedade, cujos principais termos e condições constam do comunicado relativo ao início da negociação divulgado no dia 17 de maio de 2021, (vide comunicados disponíveis no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=informacao&year=2021&search=>).

30.09.2022

Acionistas	N.º Ações	% Capital	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾ Total	19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾ Total	15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	10.025.000	6,683%	5.012.500
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾ Total	10.025.000	6,683%	5.012.500
Green Frog Investments Inc. Total	7.730.000	5,153%	3.865.000
Norges Bank Total	3.105.287	2,070%	1.552.644
Bestinver Gestión S.A. SGIIC ⁽⁴⁾ Total	3.024.366	2,016%	1.512.183
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁵⁾ Total	7.585.000	5,057%	3.792.500
Restantes acionistas Total	83.789.141	55,859%	41.894.571
TOTAL	150.000.000	100 %	75.000.000

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração do qual Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud. .
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (4) A Bestinver Gestión S.A. SGIIC é uma sociedade espanhola de gestão de fundos. Como tal, exerce os direitos de voto inerentes às ações que são propriedade das instituições de investimento que gere e representa. Além disso, foi outorgada à Bestinver Gestión, S.A. SGIIC uma procuração para o exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos fundos de pensões geridos pela Bestinver Pensiones EGFP, S.A..
- (5) Ações detidas pelos CTT à data de 30 de setembro de 2022, na sequência da conclusão, no dia 8 de setembro de 2022, do Programa de Recompra de ações, cujos principais termos e condições constam do comunicado relativo ao início da negociação divulgado no dia 16 de março de 2022, (vide comunicados disponíveis no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=informacao&year=2022&search=>).

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Durante o ano de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	8	8,49
Aquisições	1.500.000	6.404.954	4,27
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.500.001	6.404.963	4,27

Durante os primeiros nove meses de 2022, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.500.001	6.404.963	4,27
Aquisições	6.084.999	21.573.976	3,55
Saldo em 30 de setembro de 2022	7.585.000	27.978.938	3,69

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 16 de março de 2022, e conforme comunicado ao mercado na mesma data, foi deliberado, por unanimidade, a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias dos CTT (“Programa de Recompra”), incluindo os respetivos termos e condições, com o objetivo único de redução do capital social dos CTT

mediante extinção das ações próprias adquiridas no âmbito do referido Programa, condicionada à aprovação prévia por parte da Assembleia Geral dos CTT.

O Programa de Recompra foi implementado de acordo com: (i) os termos e condições descritos no comunicado de informação privilegiada de 16 de março de 2022 disponível para consulta no site dos CTT, (ii) os limites da deliberação adotada no âmbito do ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de acionistas dos CTT realizada no dia 21 de abril de 2021, bem como, (iii) os termos e condições específicos da redução de capital previstos na proposta para o efeito submetida pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral Anual dos CTT realizada em 21 de abril de 2022 e por esta aprovada na mesma data.

No seguimento do acima exposto, e conforme aprovado na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2022, o número máximo de ações a adquirir no âmbito do Programa de Recompra totalizava 4.650.000 ações ordinárias dos CTT, representativas de até 3,1% do respetivo capital social e correspondente ao número máximo de ações que seriam extintas no contexto da redução de capital que constitui a finalidade do presente programa. O montante pecuniário máximo do Programa de Recompra aprovado foi de 18.000.000 Euros.

Posteriormente, a 27 de julho de 2022 e ainda no quadro da autorização conferida na Assembleia Geral Anual de acionistas realizada no dia 21 de abril de 2022, o Conselho de Administração dos CTT deliberou aumentar o montante pecuniário máximo do programa de recompra de ações próprias da Sociedade (“Programa de Recompra”) e o número máximo de ações próprias que poderão ser adquiridas ao abrigo do programa, nos seguintes termos:

- Montante pecuniário máximo do Programa de Recompra: é aumentado em €3.600.000, fixando-se em €21.600.000;
- Número máximo de ações a adquirir no âmbito do Programa de Recompra: é aumentado em 1.900.000 ações, fixando-se em até 6.550.000 ações ordinárias dos CTT, representativas de até 4,37 % do respetivo capital social.

Os demais termos e condições do Programa de Recompra aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Anual realizada em 2022 e comunicados em 16 de março de 2022 mantiveram-se inalterados.

No contexto do programa de recompra de ações próprias à data de 30 de setembro de 2022, a Sociedade já tinha adquirido 6.084.999 ações. Em consequência, a 30 de setembro de 2022, a Sociedade detinha, como resultado das operações de aquisição aqui indicadas, um total acumulado de 7.585.000 ações próprias, representativas de 5,06% do capital social, incluindo 1.500.001 ações próprias anteriormente adquiridas, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

O Programa de Recompra teve início a 17 de março de 2022 e duraria até 18 de dezembro de 2022, no entanto como o objetivo do referido programa encontra-se cumprido, foi dado como concluído a 8 de setembro de 2022, terminando antes do final do seu período máximo de duração.

Considerando que a Assembleia Geral Anual dos CTT realizada em 2022 aprovou apenas a extinção das ações de até 4.650.000 ações próprias correspondentes a 3,1% do capital social dos CTT, irá proceder-se brevemente ao registo comercial da redução de capital e cancelamento do referido número de ações próprias, estando prevista a submissão à próxima Assembleia Geral a realizar de proposta para aprovação da redução do capital para cancelamento das restantes 1.434.999 ações adquiridas ao abrigo de Programa de Recompra.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2021				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935
Aquisição de ações próprias	—	6.404.954	—	(6.404.954)	—
Justo valor de ativos	—	—	(56.584)	—	(56.584)
Plano de ações	—	—	—	1.215.000	1.215.000
Saldo final	15.000.000	6.404.963	26.746	45.646.642	67.078.351

	30.09.2022				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	6.404.963	26.746	45.646.642	67.078.351
Aquisição de ações próprias	—	21.573.976	—	(21.573.976)	—
Justo valor de ativos	—	—	(29.152)	—	(29.152)
Plano de ações	—	—	—	1.215.000	1.215.000
Saldo final	15.000.000	27.978.939	(2.406)	25.287.666	68.264.199

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 30 de setembro de 2022, esta rubrica inclui o montante de 27.978.939 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, foi constituída uma reserva no montante de 1.215.000 Euros relacionada com o plano de ações, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	39.962.419	43.904.074
Aplicação do resultado líquido do período anterior	16.669.309	38.404.113
Distribuição de dividendos (nota 16)	(12.750.000)	(17.656.441)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	22.345	71.413
Saldo final	43.904.074	64.723.159

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, os movimentos ocorridos nesta rubrica do Grupo foram os seguintes:

	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	(47.600.236)	(43.998.612)
Ganhos/perdas atuariais (nota 19)	4.999.158	47.275.716
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 26)	(1.397.534)	(13.234.189)
Saldo final	(43.998.612)	(9.957.085)

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2020, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2021, a distribuição de dividendos no montante de 12.750.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,085 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,085 Euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2021, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2022, a distribuição de dividendos no montante de 17.820.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,12 Euros (montante que exclui o dividendo atribuível às ações próprias em carteira à data), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 343.559 Euros.

17. Resultados por ação

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Resultado líquido do período	26.308.662	28.305.860
N.º médio de ações ordinárias	149.362.358	147.866.221
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,18	0,19
Diluído	0,18	0,19

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	637.642	2.133.779
N.º médio de ações durante o período	149.362.358	147.866.221

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 30 de setembro de 2022, o número de ações próprias em carteira é de 7.585.000, sendo o seu número médio no período findo em 30 de setembro de 2022 de 2.133.779, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2021	30.09.2022
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	62.161.852	40.883.920
Passivos de locação	87.174.586	86.698.220
	149.336.438	127.582.140
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	22.169.000	29.238.213
Confirming	1.500.152	—
Passivos de locação	28.113.860	25.228.767
	51.783.012	54.466.980
	201.119.450	182.049.120

A 30 de setembro de 2022, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,00% e 1,875% (31 de dezembro de 2021: 1,00% e 1,875%).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

	31.12.2021			30.09.2022		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	12.673.148	8.054.480	1.100.926	12.512.037	7.951.941	993.519
BBVA / Bankinter	40.375.000	6.958.272	33.121.646	33.250.000	14.128.581	18.919.915
Novo Banco	35.000.000	7.029.645	27.939.280	28.000.000	7.157.692	20.970.486
Caixa Geral de depósitos	126.470	126.603	—	—	—	—
Banco Montepio	25.000.000	—	—	—	—	—
Bankinter <i>Confirming</i>	2.200.000	1.500.152	—	—	—	—
	115.374.618	23.669.152	62.161.852	73.762.037	29.238.213	40.883.920

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros, mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Com referência a 30 de setembro de 2022, o montante utilizado, líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, correspondia a 33.048.496 Euros. O restante valor disponibilizado não foi, por decisão da Grupo, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 30 de setembro de 2022, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 28.128.178 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Particular de Papel Comercial com o Banco Montepio no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 31 de dezembro de 2021, não foi utilizado qualquer montante. Na sequência da não utilização do montante disponibilizado, o contrato foi descontinuado não se encontrando qualquer montante disponível a 30 de setembro de 2022.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de Assets Disposal. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2021 o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Até 1 ano	30.860.141	27.532.575
Entre 1 ano e 5 anos	66.579.734	54.496.893
A mais de 5 anos	28.808.052	42.471.712
Total de passivos de locação não descontados	126.247.928	124.501.180
Corrente	28.113.860	25.228.766
Não corrente	87.174.586	86.698.220
Passivos de locação incluídos na posição financeira	115.288.445	111.926.987

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Juros dos passivos de locação (nota 25)	2.304.076	2.409.098
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	1.518.564	1.559.168

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Total de pagamentos de locação	(22.745.609)	(25.272.935)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, detalha-se como se segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	206.866.753	201.119.450
Alteração do perímetro de consolidação	2.667.159	—
Movimentos sem cash	35.383.531	21.426.092
<i>Alterações de contratos</i>	26.291.146	19.109.869
<i>Juros IFRS 16</i>	3.066.925	2.409.098
<i>Outros</i>	6.025.460	(92.875)
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	100.261.411	81.512.115
Saída de cash	(110.777.850)	(96.735.602)
Confirming:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(2.938.473)	—
Passivos de locação:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(30.343.081)	(25.272.935)
Saldo final	201.119.450	182.049.120

19. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde e plano de pensões, (ii) outros benefícios de longo prazo a empregados e (iii) outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais.

Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente por benefício, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial a 31 de dezembro de 2021.

No entanto, considerando a variação relevante de um dos pressupostos financeiros da avaliação atuarial no decorrer do primeiro semestre de 2022, a taxa de desconto, essencialmente relacionada com a atual conjuntura económica, foi efetuada, a 30 de junho de 2022, uma atualização do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2021 por entidade independente. Esta atualização considera a revisão da taxa de desconto, mantendo os restantes pressupostos constantes.

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A taxa de desconto é determinada em função da análise efetuada pelo Grupo à evolução da realidade macroeconómica e da constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade, razão pela qual se ajustou a taxa para 2,94% (1,42% em 31 de dezembro de 2021).

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o Grupo apresentou o seguinte movimento:

31.12.2021						
	Cuidados de saúde	Cuidados de saúde - SAMS	Plano de pensões	Outros benefícios de longo prazo empregados	Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	271.158.313	1.431.894	325.457	9.882.604	201.592	282.999.860
Movimento do período	(7.631.699)	35.987	(56.503)	6.338.404	209.837	(1.103.974)
Saldo final	263.526.615	1.467.881	268.954	16.221.007	411.429	281.895.886

30.09.2022						
	Cuidados de saúde	Cuidados de saúde - SAMS	Plano de pensões	Outros benefícios de longo prazo empregados	Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	263.526.615	1.467.881	268.954	16.221.007	411.429	281.895.886
Movimento do período	(49.248.845)	(379.246)	(42.110)	(22.226)	411.429	(49.280.998)
Saldo final	214.277.770	1.088.635	226.844	16.198.781	822.857	232.614.888

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo aos empregados” dizem essencialmente respeito ao benefício “Pensões por acidentes em serviço”, ao programa de “Suspensões de contratos de trabalho” e ao benefício “Prémios de Final de Carreira”.

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios aos órgãos sociais” dizem respeito à remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração.

O detalhe das responsabilidades do Grupo com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Passivo não corrente	260.805.742	211.699.833
Passivo corrente	21.090.144	20.915.055
	281.895.886	232.614.888

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada e individual dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	31.12.2021	30.09.2022
Gastos do período		
Cuidados de saúde	7.481.517	5.910.000
Cuidados de saúde - SAMS	126.019	97.918
Plano de pensões	4.203	2.811
Outros benefícios de longo prazo aos empregados	9.499.035	2.161.315
Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	209.837	411.429
	17.320.611	8.583.472
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(4.878.001)	(46.773.937)
Cuidados de saúde - SAMS	(88.952)	(476.623)
Plano de pensões	(32.205)	(25.156)
	(4.999.158)	(47.275.716)

Em 30 de setembro de 2022, os ganhos/perdas atuariais refletem a revisão da taxa de desconto de 1,42% em 2021 para 2,94% em 2022.

Cuidados de saúde – Plano IOS e Apólice de Seguro

Os CTT são responsáveis pelo financiamento de ambos os planos de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados – Plano IOS e Apólice de Seguro.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa aos planos de cuidados de saúde foi como segue:

	Total		Plano IOS		Apólice Seguro	
	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	271.158.314	263.526.615	261.776.888	254.937.950	9.381.426	8.588.665
Gasto com o serviço do período	4.045.000	3.165.750	4.045.000	3.165.750	—	—
Gasto financeiro do período	3.447.000	2.744.250	3.328.000	2.655.000	119.000	89.250
Alteração do plano	(10.483)	—	95.250	—	(105.733)	—
Quotas dos aposentados	4.917.973	3.638.726	4.647.786	3.436.086	270.187	202.640
(Pagamento de benefícios)	(14.598.406)	(11.628.455)	(13.903.508)	(11.139.439)	(694.898)	(489.016)
(Outros gastos)	(554.781)	(395.178)	(531.582)	(379.047)	(23.199)	(16.131)
(Ganhos)/perdas atuariais	(4.878.001)	(46.773.937)	(4.519.884)	(45.425.795)	(358.117)	(1.348.142)
Saldo final	263.526.615	214.277.770	254.937.950	207.250.505	8.588.665	7.027.265

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	Total		Plano IOS		Apólice Seguro	
	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)	3.479.736	2.770.572	3.608.668	2.786.703	(128.932)	(16.131)
Outros gastos	554.781	395.178	531.582	379.047	23.199	16.131
Gastos com juros (Nota 25)	3.447.000	2.744.250	3.328.000	2.655.000	119.000	89.250
	7.481.517	5.910.000	7.468.250	5.820.750	13.267	89.250

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, relativamente ao Plano IOS, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de (4.519.884) Euros e (45.425.795) Euros, respetivamente, foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 1.268.568 Euros e 12.719.223 Euros em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, respetivamente.

Com referência a 30 de setembro de 2022, relativamente ao plano IOS, o montante de (ganhos)/ perdas atuariais resulta do aumento da taxa de desconto de 1,42% para 2,94%.

No que se refere à Apólice de seguro, foi, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, reconhecido em capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” o montante de (358.117) Euros e (1.348.142) Euros, respetivamente, relativo a (ganhos)/perdas atuariais líquido de impostos diferidos no valor de e 100.273 Euros e 377.480 Euros, respetivamente.

Cuidados de saúde – SAMS

O Grupo é responsável pelo pagamento dos encargos com cuidados médicos a todos os trabalhadores da 321 Crédito, S.A. assim que passarem à situação de reforma, bem como os encargos com pensionistas de sobrevivência.

A prestação destes cuidados médicos é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico Social (SAMS) cujos encargos pós reforma, para o associado, estão definidos na cláusula 92ª do ACT do setor bancário publicado no BTE n.º 38 de 2017 de 15 de outubro.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com os Cuidados de Saúde SAMS, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	1.431.894	1.467.881
Gasto com o serviço do período	107.426	82.297
Gasto financeiro do período	18.593	15.621
(Pagamento de benefícios)	(1.080)	(540)
(Ganhos)/perdas atuariais	(88.952)	(476.623)
Saldo final	1.467.881	1.088.635

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.09.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)	107.426	82.297
Gastos com juros (Nota 25)	18.593	15.621
	126.019	97.918

Plano de Pensões

O Grupo assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma paga pela Segurança Social a um grupo fechado de colaboradores em situação de reforma da Transporta, empresa que foi incorporada na CTT Expresso durante 2019.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o movimento das responsabilidades do **Grupo** com o Plano de Pensões, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Saldo inicial	325.457	268.954
Gasto com o serviço do período	173	94
Gasto financeiro do período	4.030	2.717
(Pagamento de benefícios)	(28.501)	(19.765)
(Ganhos)/perdas atuariais	(32.205)	(25.156)
Saldo final	268.954	226.844

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.09.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)	173	94
Gastos com juros (Nota 25)	4.030	2.717
	4.203	2.811

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, foi reconhecido em capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” o montante de (32.205) Euros e (25.156) Euros, respetivamente, relativo a (ganhos)/perdas atuariais líquido de impostos diferidos no valor de 7.230 Euros e 6.415 Euros, respetivamente.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de um “Prémio de carreira” na data da passagem à situação de reforma, por invalidez ou velhice, no valor igual a 1,5 vezes a retribuição mensal

efetiva auferida naquela data assim como o pagamento de um capital designado por “Subsídio por morte resultante de acidente de trabalho” aos trabalhadores da 321 Crédito, S.A.. Ambos os benefícios são atribuídos ao abrigo do ACT do setor bancário publicado no BTE n.º 38 de 2017 de 15 de outubro, cláusulas 69ª e 72ª, respetivamente.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com Outros benefícios pós-emprego referentes a “Prémios de Final de Carreira” e “Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho”, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Prémios de Final de Carreira		
Saldo inicial	209.851	197.170
Gasto com o serviço do período	12.899	10.425
Gastos financeiros do período	2.544	2.080
(Pagamento de benefícios)	—	—
(Ganhos)/perdas atuariais	(28.124)	(34.950)
Saldo final	197.170	174.725
Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho		
Saldo inicial	6.797	6.829
Gasto com o serviço do período	712	599
Gasto financeiro do período	84	69
(Pagamento de benefícios)	—	—
(Ganhos)/perdas atuariais	(764)	(669)
Saldo final	6.829	6.827
Total	203.999	181.552

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.09.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)		
Prémios de Final de Carreira	12.899	24.525
Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho	712	71
	13.611	24.596
Gasto financeiro do período (Nota 25)	2.628	2.149
	16.239	22.447

Adicionalmente, o Grupo tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com outros benefícios aos empregados de longo prazo, apresentado na tabela abaixo foi o seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	2.754.747	9.493.686
Gastos financeiros do período	27.227	117.145
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	8.550.491	2.960.729
Transferências - Provisões (Nota 20)	—	1.250.000
(Pagamento de benefícios)	(2.658.170)	(3.090.547)
(Ganhos)/perdas atuariais	819.390	(115.229)
Saldo final	9.493.686	10.615.784
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	414.119	383.961
Gasto financeiro do período	5.076	3.841
(Pagamento de benefícios)	(43.865)	(29.395)
(Ganhos)/perdas atuariais	8.631	(29.749)
Saldo final	383.961	328.658
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	6.458.399	6.113.602
Gasto financeiro do período	81.216	62.856
(Pagamento de benefícios)	(447.405)	(304.996)
(Ganhos)/perdas atuariais	21.392	(815.815)
Saldo final	6.113.602	5.055.646
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	38.691	25.760
Gasto financeiro do período	419	206
(Pagamento de benefícios)	(11.191)	(8.602)
(Ganhos)/perdas atuariais	(2.159)	(222)
Saldo final	25.760	17.141
Total	16.017.008	16.017.229

Com referência a 30 de setembro de 2022, a rubrica referente a “Transferências - Provisões” respeita à transferência de um montante da rubrica de “Provisões”, derivado dos novos acordos realizados em 2022, conforme explicado na nota 20.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

Grupo	31.12.2021	30.09.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)		
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	1.369.881	2.845.500
Taxa assinatura de telefone	8.631	(29.749)
Acidentes em serviço	21.392	(815.815)
Subsídio mensal vitalício	(2.159)	(222)
Acordos de Suspensão ou Pré-Reforma (Nota 20)	8.000.000	—
	9.397.745	1.999.714
Gasto financeiro do período (Nota 25)		
	113.938	184.047
	9.511.684	2.183.761

As responsabilidades relativas a novos beneficiários no período findo em 30 de setembro de 2022, no benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” ocorrem no âmbito do processo de otimização de recursos humanos já referido, na sequência de acordos de suspensão de contratos de trabalho entretanto celebrados.

Com referência 31 de dezembro de 2021, o valor referente a Acordos de Suspensão ou Pré-Reforma no montante de 8.000.000 Euros, encontra-se explicado, detalhadamente, na nota 20 - Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos e na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVLP) para um mecanismo de “*stock options*”.

As principais características do plano e os impactos contabilísticos encontram-se detalhadamente explicados na nota 24 - Gastos com pessoal.

20. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

	31.12.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldo final
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	3.003.416	1.254.601	(1.383.155)	(90.046)	49.983	—	2.834.799
Reestruturação	1.083.347	—	(964.524)	(123.823)	—	5.000	—
Outras provisões	10.402.877	686.564	(3.623.942)	(83.435)	(67.983)	—	7.314.082
Provisão para compromissos	—	211.465	(67.125)	—	169.822	—	314.163
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões)	14.489.641	2.152.630	(6.038.746)	(297.304)	151.822	5.000	10.463.043
Reestruturação	163.800	9.341.409	(13.145)	(36.328)	(8.000.000)	—	1.455.737
Outras provisões	2.762.913	41.951	—	(44.123)	—	—	2.760.741
	17.416.354	11.535.990	(6.051.891)	(377.755)	(7.848.178)	5.000	14.679.520

30.09.2022

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldo final
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	2.834.799	1.082.215	(1.003.238)	(110.603)	213.598	—	3.016.771
Contratos onerosos	—	453.598	—	(197.708)	—	—	255.890
Outras provisões	7.314.082	1.470.145	(4.566.405)	(91.140)	(213.598)	—	3.913.084
Provisão para compromissos	314.163	39.615	(72.781)	—	—	—	280.997
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões)	10.463.043	3.045.574	(5.642.424)	(399.452)	—	—	7.466.741
Reestruturação	1.455.737	55.993	(50.000)	—	(1.250.000)	(102.344)	109.386
Outras provisões	2.760.741	337.397	—	—	—	—	3.098.137
	14.679.520	3.438.963	(5.692.424)	(399.452)	(1.250.000)	(102.344)	10.674.263

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reversões”, no montante de 1.297.051 Euros em 30 de setembro de 2021 e 2.596.850 Euros em 30 de setembro de 2022.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 1.383.155 Euros em 31 de dezembro de 2021 e 1.003.238 Euros em 30 de setembro de 2022, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2021 ou 2022, respetivamente, se revelou favorável ao **Grupo**, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Contratos onerosos

A provisão para contratos onerosos destina-se a fazer face a contratos em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações dos contratos excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo dos mesmos, totalizado a 30 de setembro de 2022 o montante de 255.890 Euros.

Outras provisões

No período findo em 30 de setembro de 2022, o montante de 3.780.356 Euros provisionado em anos anteriores para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, respeitantes a diferenças retributivas que podiam ser exigidas pelos trabalhadores, foi totalmente revertido, por se entender que a probabilidade de exfluxos associados a estas contingências é atualmente remota.

Em 30 de setembro de 2022, encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*. O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascende ao montante de 3.148.845 Euros e foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a Tourline (atualmente designada CTT Expresso, sucursal em Espanha) apresentou pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado pela Tourline. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o Grupo a aguardar o desfecho do processo e não sendo possível antecipar um prazo para resolução.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 896.915 Euros a 30 de setembro de 2022 (741.641 Euros em 31 de dezembro de 2021) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 30 de setembro de 2022, para além das situações acima referidas, esta provisão inclui ainda:

- O montante de 537.510 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 664.872 Euros, que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de montantes contingentes a liquidar a terceiros no âmbito de contratos celebrados;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 2.130.036 Euros, para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais;
- o valor de compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 590.060 Euros.

Provisão para compromissos

As Provisões para compromissos referem-se a provisões para crédito indireto, totalizando no período findo a 30 de setembro de 2022 o montante de 280.997 Euros (31 de dezembro de 2021: 314.163 Euros).

Reestruturações

Em junho de 2021, os CTT aprovaram um novo programa de otimização de RH tendo em conta a necessidade de otimização das equipas. Este programa contemplou o lançamento de um Programa de Saídas Voluntárias com base em celebração de Acordos de Suspensão ou de Pré-Reformas. A 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma provisão no montante de 9.341.409 Euros tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza. Ainda em 31 de dezembro de 2021, na sequência dos acordos realizados até esta data foi efetuada a transferência do montante de 8.000.000 Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira. A 30 de setembro de 2022 na sequência de novos acordos realizados em 2022 foi efetuada a transferência do montante de 1.250.000 Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Autoridade Tributária e Aduaneira	2.917.205	4.389.246
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	3.148.845	3.148.845
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	2.033.582	2.033.582
Fidelidade, Multicare, Cares - (Glintt BPO)	1.792.886	1.792.886
MARATHON- Fundo de Investimento fechado	1.022.834	1.022.834
AMBIMOBILIÁRIA- Investimentos e negócios, S.A.	432.000	810.435
Tribunais	480.000	480.000
EUROGOLD	339.230	339.230
CIVILRIA	—	318.299
Transportes Bernardos Marques, S.A.	224.305	224.305
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	220.320	220.320
Via Direta	150.000	150.000
Autarquias	118.658	118.658
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	68.386
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
GNB Companhia de seguros vida SA	25.000	25.000
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
EMEL, S.A.	19.384	19.384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
REFER	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
DOLCE VITA TEJO	13.832	13.832
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
ACT Autoridade Condições Trabalho	9.160	9.160
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.719	3.719
O Feliz - Imobiliária	369.932	—
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	—
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	—
	13.867.543	15.635.616

Garantias bancárias

Com referência a 30 de setembro de 2022, as garantias bancárias prestadas a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, num montante global de 4.389.246 Euros, foram essencialmente prestadas para suspensão de processos de execução fiscal.

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o montante de 3.826.468 Euros.

Os CTT prestaram uma garantia bancária, por conta da CTT Expresso, sucursal em Espanha, à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, o Grupo subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 41,9 mil Euros e 48,7 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** contratou seguros de caução no montante global de 4.778.115 Euros (31 de dezembro de 2021: 4.226.910 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros. Adicionalmente, o **Grupo** assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

21. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.09.2022
Corrente		
Adiantamento de clientes	2.368.197	2.228.373
Vales CNP	51.157.113	134.485.285
Fornecedores c/c	88.144.917	91.148.332
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	12.256.372	11.339.654
Fornecedores de investimentos	7.008.092	3.546.698
Faturas em receção e conferência (investimentos)	6.300.825	2.074.452
Valores cobrados por conta de Terceiros	8.911.160	10.431.028
Serviços financeiros postais	156.371.620	131.208.005
Cauções	594.183	648.284
Cobranças	2.200.392	14.102.274
Indemnizações	881.108	1.150.542
Operadores postais - valores a liquidar	1.586.135	1.874.026
Valores a regularizar a terceiros	1.919.132	769.810
Valores a regularizar das lojas	495.269	1.013.688
Outras contas a pagar	10.109.816	5.408.022
	350.304.332	411.428.472

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O aumento verificado em 30 de setembro de 2022 prende-se essencialmente com o programa de medidas excepcionais de apoio às famílias implementado pelo governo, que prevê o pagamento de um complemento excepcional a pensionistas, no valor de 50% do valor da pensão paga em outubro.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, aos valores cobrados relativos a impostos, uma vez que no ano de 2021 ocorreu uma flexibilização do calendário fiscal por parte da autoridade tributária, o que permitiu que a entrega do imposto relativo às declarações periódicas de IVA do mês de dezembro de 2021, para o regime mensal, pudesse ser efetuada até 30 de dezembro, o que originou saldos a entregar, temporariamente, mais elevados.

22. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.09.2022
Depósitos à ordem	1.485.969.930	1.628.685.156
Depósitos a prazo	223.067.357	193.141.433
Depósitos de poupança	412.474.058	455.435.677
	2.121.511.345	2.277.262.265

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 a taxa média de remuneração dos recursos de clientes foi de 0,02% (31 de dezembro de 2021: 0,02%).

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, detalha-se como segue:

	31.12.2021					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.898.443.987	—	—	—	—	1.898.443.987
Depósitos a prazo	—	106.310.120	116.757.237	—	—	223.067.357
	1.898.443.987	106.310.120	116.757.237	—	—	2.121.511.345

	30.09.2022					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	2.084.120.833	—	—	—	—	2.084.120.833
Depósitos a prazo	—	101.573.558	91.567.875	—	—	193.141.433
	2.084.120.833	101.573.558	91.567.875	—	—	2.277.262.265

23. Imposto a receber/pagar

Em 30 de setembro de 2022, esta rubrica reflete a diferença entre o valor da estimativa de imposto referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e os montantes já pagos a título de pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

24. Gastos com o pessoal

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	30.09.2021	30.09.2022
Remunerações	203.983.740	205.636.979
Benefícios aos empregados	3.558.993	6.571.333
Indemnizações	8.721.784	1.078.488
Encargos sobre remunerações	43.432.518	43.972.397
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	2.711.872	2.963.337
Gastos de ação social	5.175.387	5.804.981
Outros gastos com o pessoal	97.982	105.287
	267.682.275	266.132.801

Remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

	30.09.2021				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.941.140	107.143	14.850	14.000	2.077.133
Remuneração variável anual	—	—	—	—	—
	1.941.140	107.143	14.850	14.000	2.077.133
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	151.992	—	—	—	151.992
Remuneração variável Longo prazo	398.408	—	—	—	398.408
	550.400	—	—	—	550.400
	2.491.540	107.143	14.850	14.000	2.627.533

30.09.2022

	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.949.266	118.929	14.850	14.000	2.097.045
Remuneração variável anual	—	—	—	—	—
	1.949.266	118.929	14.850	14.000	2.097.045
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	148.275	—	—	—	148.275
Remuneração variável Longo prazo	1.086.429	—	—	—	1.086.429
	1.234.704	—	—	—	1.234.704
	3.183.970	118.929	14.850	14.000	3.331.749

Remuneração variável de longo prazo

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “stock options”.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

A RVLP sob a forma de participação em plano de opções sobre ações dos CTT, depende igualmente do desempenho da Sociedade e visa um alinhamento de interesses com esse desempenho numa perspetiva de longo prazo, na medida que:

- O plano fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO, restantes Administradores Executivos e Quadros Dirigentes), conforme se detalha:

Tranche	Número de opções por participantes			Strike Price
	CEO	CFO	Restantes administradores executivos	
1	700.000	400.000	300.000	3,00 €
2	700.000	400.000	300.000	5,00 €
3	700.000	400.000	300.000	7,50 €
4	700.000	400.000	300.000	10,00 €
5	700.000	400.000	300.000	12,50 €

- Atribuição, igualmente por via do Plano, de 5 tranches de opções que se distinguem apenas pelo seu preço de exercício ou *strike price* diferente;
- O número de ações a receber depende da diferença entre o *strike price* e o preço da ação, ou seja, a média de preços, ponderada pelo volume de negociação, das transações sobre ações da Sociedade realizadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon, nas sessões realizadas nos 45 dias anteriores à data de exercício (1 de janeiro de 2023);

- d. A RVLP atribuída ao abrigo do plano está sujeita à evolução positiva da cotação e ao desempenho positivo da Sociedade e a condições de elegibilidade relacionadas com a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento nem de incumprimentos materiais dos termos do plano;
- e. O plano prevê ainda mecanismos de diferimento e retenção que resultam da combinação de dois aspetos: (i) diferimento da data do exercício de todas as opções (1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022); e (ii) estabelecimento de um período de retenção pela Sociedade de parte das ações atribuídas (ao longo do período entre a data do exercício e o quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes a 2024 em assembleia geral anual a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025, consoante o que ocorrer posteriormente).
- f. O Plano dos membros dos órgãos sociais prevê, em regra, a liquidação financeira de 25% (*net cash settlement*) e a liquidação física de 75% (*net share settlement*) das opções, sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, o Plano prevê que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O plano dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções.

A determinação do justo valor das opções atribuídas, foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício. O modelo utilizado para a valorização do plano de ações foi o modelo de simulação Monte Carlo.

O montante relativo ao plano de ações respeitante a órgãos sociais e quadros dirigentes, reconhecido a 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 1.626.429 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados” de longo prazo, no montante de 411.431 Euros e a componente de liquidação em instrumentos de capital próprio reconhecida na rubrica “outras reservas”, no montante de 1.215.000 Euros. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o montante reconhecido em gastos com pessoal ascendeu a 1.626.429 Euros, dos quais 411.429 Euros correspondem à componente de liquidação financeira e 1.215.000 Euros corresponde à componente de liquidação em instrumentos de capital próprio.

Na sequência do cálculo realizado, por entidade independente em 31 de dezembro de 2021, foi apurado por referência ao Regulamento de Remunerações, um montante de 1.447.419 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais. Com referência a 30 de setembro de 2022, foi efetuado o apuramento do montante final a liquidar, tendo já sido liquidado 50% do montante, conforme estipulado no Regulamento de Remunerações.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal”, os montantes de 390.548 Euros e 235.422 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 30 de setembro de 2022, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era de 12.638 (12.224 colaboradores no período findo em 30 de setembro de 2021).

25. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

	30.09.2021	30.09.2022
Juros suportados		
Financiamentos bancários	1.308.270	1.155.614
Passivos de locação	2.304.076	2.409.098
Outros juros	—	166.097
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	2.678.229	2.948.784
Outros gastos de financiamento	95.927	252.261
	6.386.502	6.931.854

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	11.736	13.914
Outros rendimentos similares	3.357	—
	15.093	13.914

26. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros, 5% do excedente entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A. e CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A., em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente. As entidades 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A. integraram o RETGS no exercício económico anterior. A entidade CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. integrou o RETGS neste exercício económico.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, foi efetuada como segue:

	30.09.2021	30.09.2022
Resultado antes de impostos (a)	37.436.674	35.902.027
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	7.861.702	7.539.426
Benefícios fiscais	(204.179)	(212.699)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(197.241)	(3.358)
Mais/(menos)-valias fiscais	41.551	1.677
Equivalência patrimonial	350.580	36.648
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	(14.655)	119.179
Perdas e reversões por imparidade	97.749	60.019
Indemnizações por eventos seguráveis	94.846	133.416
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	19.459	18.846
Créditos incobráveis	43.010	36.937
Diferença entre taxas de imposto corrente e diferido	(7.871)	112.937
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	14.904	10.171
Outras situações, líquidas	571.365	1.356.176
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	614.198	447.793
Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída	92.848	6.531
Crédito fiscal SIFIDE	(512.416)	(2.154.501)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	247.774	(994.973)
Subtotal (b)	9.113.625	6.514.225
(b)/(a)	24,34%	18,14%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	617.804	409.077
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	1.267.637	696.833
Imposto sobre o rendimento do período	10.999.065	7.620.135
Taxa efetiva de imposto	29,38%	21,22%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	11.388.547	3.259.159
Imposto diferido	(124.840)	7.510.450
Crédito fiscal SIFIDE	(512.416)	(2.154.501)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	247.774	(994.973)
	10.999.065	7.620.135

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao reembolso de SIFIDE respeitante ao ano de 2018. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao crédito fiscal de SIFIDE respeitante ao ano de 2021 (1.528.260 Euros), sendo o remanescente respeitante ao Banco CTT para os anos de 2020 e 2021. A rubrica Insuficiências/ (Excesso) de estimativa e restituição de impostos regista, essencialmente, o excesso de estimativa de IRC relativo ao exercício de 2021, no montante líquido de (748.577) Euros.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, os saldos referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2021	30.09.2022
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	73.832.987	60.022.194
Benefícios aos empregados - plano pensões	68.583	51.431
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	4.208.731	4.485.226
Perdas por imparidade e provisões	4.139.032	2.754.430
Prejuízos fiscais reportáveis	2.078.911	2.068.837
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	481.187	552.415
Remuneração variável de longo prazo (CE)	455.400	1.116.446
Terrenos e edifícios	343.652	343.652
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.282.862	1.042.325
Outros	363.742	635.414
	87.255.087	73.072.370
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	1.684.213	1.480.994
Mais-valias suspensas	658.042	7.360.596
Ativos não correntes detidos para venda	42.718	—
Movimentos PPA - NewSpring Services	—	412.558
Outros	42.540	248.904
	2.427.513	9.503.052

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei n.º 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 30 de setembro de 2022 o montante ascende a 1.042.235 Euros.

O aumento verificado na rubrica “Outros” respeita essencialmente ao imposto diferido associado à rubrica “resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados”, cujo montante no período corrente resultou no reconhecimento do respetivo imposto diferido.

A 30 de setembro de 2022 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no ano corrente sejam de 3,2 milhões de Euros e 0,4 milhões de Euros, respetivamente.

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.2021	30.09.2022
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	87.891.869	87.255.087
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(745.695)	(692.973)
Benefícios aos empregados - plano pensões	3.037	(10.738)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	1.022.295	279.542
Perdas por imparidade e provisões	(797.419)	(1.384.597)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.291.917	(10.073)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	72.431	(2.002)
Remuneração variável de longo prazo (CE)	—	—
Plano de ações	401.422	661.046
Terrenos e edifícios	(12.118)	—
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	(240.537)
Outros	(154.405)	344.058
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(1.390.302)	(13.072.241)
Benefícios aos empregados - plano pensões	(7.230)	(55.039)
Outros	—	838
Saldo final	87.255.087	73.072.370

	31.12.2021	30.09.2022
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	2.793.698	2.427.513
Movimentos do período - efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(270.958)	(203.219)
Mais-valias suspensas	(26.149)	6.702.554
Ativos não correntes detidos para venda	(40.292)	(42.718)
Outros	16.344	(2.441)
Efeito em capitais próprios		
Reserva de justo valor	(13.384)	(6.261)
Outros	(31.746)	105.611
Outros	—	—
Movimentos PPA - NewSpring Services	—	522.013
Saldo final	2.427.513	9.503.052

Os prejuízos fiscais estão relacionados, essencialmente, com as perdas apuradas pelas subsidiárias Tourline e Transporta, que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A. em 2019, e detalham-se como segue:

	31.12.2021		30.09.2022	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	75.434.282	—	77.485.272	
CTT Expresso/Transporta	13.747.683	2.075.283	13.269.266	2.057.947
Total	89.181.965	2.075.283	90.754.539	2.057.947

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline), os prejuízos fiscais referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos 15 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2023, 2024 e 2026, respetivamente), aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2030, 2031 e 2032, respetivamente) e

aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 sem limite temporal para o seu reporte. Não foram reconhecidos quaisquer ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais da CTT Expresso, sucursal em Espanha dado o seu histórico de perdas.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas dos anos de 2014 e 2015 e de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 14 anos (anteriormente 12 anos, mas alargados para 14 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia de COVID), para os anos de 2014 e 2015 e 7 anos (anteriormente 5 anos, mas alargados para 7 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia de COVID) para os anos de 2017 e 2018. O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa a 8 anos (i.e., até 2029).

De referir que, na sequência da aquisição da Transporta, foi apresentado um pedido de manutenção dos prejuízos fiscais que haviam sido apurados com referência aos períodos de 2014 e 2015 (nos montantes de 4.536.810 Euros e 3.068.088 Euros, disponíveis para reporte até 2028 e 2029, respetivamente), relativamente aos quais foi obtida resposta favorável da Autoridade Tributária e Aduaneira durante 2021.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,73 milhões de Euros.

SIFIDE

Até 2021 o Grupo procedia ao reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE aquando da efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

Atualmente, e considerando o histórico associado a esta realidade, o Grupo passou a reconhecer no período a que dizem respeito os investimentos, uma estimativa do crédito fiscal que foi submetido para certificação pela autoridade competente (ANI – Agência Nacional de Inovação).

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2019, no decurso do período de 2021 foi atribuído pela Comissão Certificadora, um crédito fiscal de 753.235 Euros.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2020, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 5.304.741 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.850.195 Euros. No decurso dos primeiros nove meses deste ano foi atribuído pela Comissão Certificadora, relativamente ao exercício económico de 2020, um crédito fiscal de 310.239 Euros, encontrando-se o Grupo a aguardar a receção das declarações relativas ao restante montante.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2021, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 6.474.190 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.816.703 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que,

dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2018 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2022.

27. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando um investidor está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de Euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2022, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

30.09.2021						
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos	Investimentos financeiros /Aumento de capital social
Acionistas	—	—	—	—	12.750.000	—
Empresas do Grupo CTT						
Associadas	—	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	218.750	14.145	770.017	82.604	—	—
Membros do (Nota 24)						
Conselho de Administração	—	—	—	1.941.140	—	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	107.143	—	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	14.850	—	—
Assembleia Geral	—	—	—	14.000	—	—
	218.750	14.145	770.017	2.159.737	12.750.000	—

30.09.2022						
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos	Investimentos financeiros /Aumento de capital social
Acionistas	—	—	—	—	17.656.441	—
Empresas do Grupo CTT						
Associadas	—	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	195.784	207.905	353.236	263.305	—	—
Membros do (Nota 24)						
Conselho de Administração	—	—	—	1.949.266	—	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	118.929	—	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	14.850	—	—
Assembleia Geral	—	—	—	14.000	—	—
	195.784	207.905	353.236	2.360.350	17.656.441	—

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 24 – Gastos com Pessoal.

28. Outras informações

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros comunicou a aprovação, na mesma data, do diploma que veio alterar o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em Portugal, tendo o respetivo diploma sido promulgado a 5 de fevereiro de 2022 e o Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 7 de fevereiro de 2022. O novo contrato de concessão entrou assim em vigor e terá uma duração de sete anos – até 31 de dezembro de 2028.

O presente enquadramento melhora os mecanismos de decisão e fornece critérios claros para garantir a prestação do serviço postal universal (SPU) em condições económicas sustentáveis, promovendo um maior equilíbrio entre a continuidade da prestação do serviço postal e o reforço da capacidade da empresa para fazer face aos desafios da transição digital, prosseguindo com a implementação

consistente do seu processo de transformação. Por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados à concessionária apenas as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

Nos termos do novo contrato de concessão de 6 de Janeiro de 2022 e do Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 7 de fevereiro de 2022, o primeiro ano de vigência do contrato funciona como período de transição -, os preços do cabaz do serviço universal deverão respeitar uma variação média anual máxima de 6,80%, que considera a queda do tráfego observada nos primeiros nove meses de 2021 e a variação do Índice de Preços ao Consumidor para a classe de despesas de Transportes, conforme divulgada pelo INE para o mês de outubro de 2021. Foram também atualizados a 7 de março os preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade. As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 5,84% para o ano de 2022.

Mantendo-se ainda em 2022 os impactos da pandemia de COVID-19, os CTT continuaram a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do SPU. Este reporte regular terminou a 21 de fevereiro de 2022, na sequência do fim do estado de calamidade e início do estado de alerta que vigorou até 30 de setembro 2022.

Por deliberações de 6 de maio de 2022 e de 6 de julho de 2022, a ANACOM deferiu os pedidos dos CTT relativamente à dedução dos registos de expedições de correio, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de COVID-19 no segundo semestre de 2021, para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, para efeitos do cálculo dos IQS do ano de 2022.

Em 27 de julho de 2022 foi celebrado convénio entre o regulador setorial (ANACOM), a Direção-Geral do Consumidor (DGC) e o prestador do serviço universal (CTT), que define os critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais, que compõem o cabaz de serviços do SPU para o triénio 2023-2025, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2022, de 7 de fevereiro, o qual foi notificado ao Governo.

O âmbito do Convénio abrange assim, os serviços de correspondências, encomendas e jornais e publicações periódicas que integram a oferta do SPU, incluindo os serviços de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos, não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal).

Do regime de preços dos serviços abrangidos pelo Convénio destaca-se:

- A manutenção de uma variação máxima anual dos preços do cabaz de serviços objeto do Convénio, que será apurada nos termos da seguinte fórmula: $IPC - \Delta\text{Tráfego} * (1 - CV) - E + K$.
- A referida variação máxima anual de preços tem assim em consideração valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses, a variação de tráfego ($\Delta\text{Tráfego}$) expurgada de um indicador do peso dos custos variáveis (CV) nos custos totais associados ao SPU (valor definido em 16% para cada ano) e um fator de eficiência (E) associado à atividade dos CTT no âmbito do SPU (valor definido em 0,5 pontos percentuais para cada ano). No caso da ocorrência de alterações significativas de contexto relacionadas com as condições de prestação do SPU, está prevista a aplicação de um fator adicional (K),

cujo valor será determinado por acordo, mediante proposta de qualquer das partes que integram o Convénio.

- A definição para cada preço de uma variação anual máxima de 15% e uma variação máxima global de 30% para o período 2023-2025.
- A fixação de uma variação anual máxima de 4 cêntimos para o preço do correio normal nacional até 20 gramas, utilizado pelo segmento ocasional.
- A continuação da aplicação do princípio da uniformidade tarifária, com a aplicação de um preço único em todo o território, aos envios de correspondência nacional até 50 gramas remetidos por utilizadores do segmento ocasional e nos envios do serviço registado de citações e notificações até 50 gramas.
- A disponibilização pelos CTT, de forma gratuita, no serviço nacional e internacional, da expedição de envios para os cegos e amblíopes, à exceção das sobretaxas aéreas, caso existam.

Em 28 de junho de 2022, os CTT foram notificados da decisão da ANACOM que deferiu o requerimento dos CTT para alteração da data para a entrada em vigor da decisão da ANACOM de 29 de abril de 2021 sobre a distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio.

No âmbito dos processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, os CTT foram notificados da interposição de recurso da decisão do Tribunal Arbitral para o Tribunal Central Administrativo Sul por parte do Estado, que considerou que o Tribunal Arbitral se deveria ter declarado incompetente para julgar ambos os pedidos dos CTT¹⁰. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. Os processos de contraordenação instaurados contra os CTT em 30 de julho de 2021 e 30 de agosto de 2021, respetivamente, por quatro contraordenações relacionadas com a medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativas a factos ocorridos em 2016 e 2017 (parcialmente contestados na ação administrativa intentada contra a ANACOM, em março de 2019, acima referida), não apresentam desenvolvimentos, na sequência da apresentação das defesas.

Na sequência da proposta de aplicação de multas contratuais da ANACOM ao Governo em 2018, no âmbito do Contrato de Concessão do SPU, com fundamento em alegado incumprimento de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017 no valor de 786 mil euros, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, os CTT foram notificados da decisão de aplicação de multas no valor de 753 mil euros. Os CTT apresentarão recurso desta decisão mediante a constituição de um tribunal arbitral, nos termos do contrato de concessão.

A 18 de janeiro 2022, os CTT foram notificados da ação intentada contra a empresa pelas sociedades Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, LDA. (Vasp) e Iberomail – Correio Internacional, S.A., (Iberomail) junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. A ação pede a condenação dos CTT por abuso de posição dominante, em particular pela recusa de acesso à sua rede de serviço postal, desde 2012 até ao momento em que cesse a alegada conduta ilegal. É ainda formulado um pedido de indemnização de valor estimado entre 69,5 a 158 milhões de euros pela Vasp e entre 9,5 e 31 milhões de euros pela Iberomail, a apurar no decurso do processo e a condenação dos CTT a cessar imediatamente as práticas anti-concorrenciais, dando acesso à Vasp e à Iberomail à sua rede de

¹⁰ A referida decisão de dezembro de 2021 declarou o tribunal incompetente para se pronunciar sobre o mérito dos referidos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho e a respetiva aplicação (por preterição de litisconsórcio necessário passivo, dado que a ANACOM, entidade responsável pela decisão, não fora parte do processo). No entanto, no tocante ao pedido de compensação, o tribunal reconheceu que a decisão da ANACOM consubstanciou uma alteração anormal e impressionante das circunstâncias, causando danos no valor de 1.869.482 euros. Em 19 de janeiro de 2022, os CTT foram notificados da interposição de recurso da decisão para o Tribunal Central Administrativo Sul por parte do Estado, considerando que o Tribunal Arbitral se deveria ter considerado incompetente para julgar ambos os pedidos.

distribuição postal para os produtos, nos pontos de acesso e no modo que aquelas empresas pretendem, ou nas condições que o Tribunal entenda necessárias para que a oferta de acesso seja, no entender daquelas empresas viável. Neste contexto, importa recordar que, na sequência da denúncia da VASP à Autoridade da Concorrência em 21 de novembro de 2014, o processo então iniciado foi objeto de uma decisão de arquivamento, com imposição de compromissos em 5 de julho de 2018. Os CTT pautam-se pelas melhores práticas de atuação no mercado e consideram o pedido totalmente infundado, tendo apresentado a sua contestação em 29 de março de 2022. Não se registaram desenvolvimentos relevantes.

Em 6 de abril de 2022, a ANACOM decidiu aplicar aos CTT uma coima de 153.750 euros por vinte e seis contraordenações relativas ao incumprimento de objetivos de densidade da rede postal e ofertas mínimas de serviços ocorridos em 2014 e 2015. Os CTT discordam desta decisão e apresentaram recurso da mesma em 6 de maio. O julgamento decorreu no mês de setembro, aguardando-se a decisão final.

Impacto dos acontecimentos geopolíticos na Ucrânia

Os acontecimentos geopolíticos na Ucrânia, as ações militares tomadas pela Rússia e a resposta de vários países, nomeadamente europeus e dos Estados Unidos, sob a forma de sanções económicas, estão a afetar correntemente os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica em geral, intensificando as pressões inflacionistas que já se vinham verificando com reflexo particular no preço dos bens energéticos. Embora o Grupo não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito poderá também ter impactos indiretos que, à presente data, não são possíveis de estimar com razoável grau de confiança.

No entanto, para fazer face ao atual contexto económico, o Grupo adotou alguns mecanismos que visam mitigar os impactos adversos que daí advêm, nomeadamente:

- a. Diversificação ao nível dos fornecedores contratados;
- b. Diversificação na oferta de bens e serviços do Grupo;
- c. Proteção contratual dos preços de fornecimento de alguns bens energéticos, nomeadamente, combustíveis;
- d. Iniciativas de controlo e eficiência na gestão interna de custos, e;
- e. Conforme referido acima, na sequência da definição dos critérios de formação de preços do cabaz do serviço universal a implementar pelos CTT para o período 2023-2025, foi desenvolvido um processo negocial pelo Convénio designado para o efeito (ANACOM, DGC e CTT), tendo-se obtido um princípio de acordo relativamente ao projeto de texto, que esteve em consulta pública até 15 de julho de 2022. Os critérios de formação de preços consideram indicadores como os valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses e a variação de tráfego.

29. Eventos subsequentes

No dia 31 de outubro de 2022, os CTT- Correios de Portugal, S.A., procederam à constituição da subsidiária CTT IMO Yield, S.A. Esta sociedade tem como objeto social as atividades de arrendamento e exploração de bens imobiliários, bem como as atividades de compra e venda de bens imobiliários. Tal como divulgado na nota 4, esta sociedade foi constituída com o objetivo de deter e gerir o portefólio de rendimento dos CTT e irá compreender essencialmente (1) os imóveis associados à rede de retalho dos CTT e (2) armazéns e centros de logística e distribuição da rede operacional dos CTT em Portugal.

Com exceção do acima mencionado, após 30 de setembro de 2022, e até à data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO